



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



VALÉRIA APARECIDA SOARES TELES

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INSERÇÃO DO DEFICIENTE
FÍSICO NO MERCADO DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE
ITAPETININGA – SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2013

VALÉRIA APARECIDA SOARES TELES

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INSERÇÃO DO DEFICIENTE
FÍSICO NO MERCADO DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE
ITAPETININGA – SP**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Curitiba.

Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

**CURITIBA
2013**



TERMO DE APROVAÇÃO

As políticas públicas para a inserção do deficiente físico no mercado de trabalho, no município de Itapetininga – SP.

Por

Valéria Aparecida Soares Teles

Esta monografia foi apresentada às 16:30h do dia **06 de dezembro de 2013** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em **Gestão Pública Municipal**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. A candidata foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz
UTFPR – Câmpus Curitiba
(orientador)

Prof. Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira
UTFPR – Câmpus Curitiba

Prof. Msc. Marcos Ferasso
UTFPR – Câmpus Curitiba

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso -

Dedico este trabalho à minha querida mãe Sra.
Lúcia, aos meus amados irmãos Rogério e
Fernando, e ao meu grande amigo e
companheiro Junior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de vida e libertação, que me fortalece todos os dias com seu amor e me faz acreditar num mundo mais justo e mais fraterno; pois, sem Ele, nada seria possível e eu não estaria aqui desfrutando deste momento tão importante.

Aos meus familiares, que de alguma forma incentivaram-me na constante busca pelo conhecimento. Aos meus amados irmãos Rogério e Fernando, pelo incentivo e pela torcida em todas as etapas da minha vida, permanecendo sempre presentes na partilha de minhas conquistas e frustrações. Em especial, a minha querida mãe a Sra. Lucia pelo amor, carinho e suporte, fundamentais à superação dos obstáculos vivenciados ao longo dessa busca por meus sonhos e objetivos, os seus conselhos sem dúvida foram e serão imprescindíveis para a minha vida pessoal e profissional. A senhora, o meu muito obrigado, mesmo ciente de que quaisquer que sejam as palavras, elas jamais conseguirão expressar toda a admiração e o amor que sinto por ti.

Ao Junior, homem que adentrou a minha vida e me fez crescer como pessoa e como profissional. Agradeço imensamente à você, companheiro e amigo de todas as horas, pela força e motivação. Espero tê-lo sempre perto de mim, pois ao seu lado sei que a minha vida será muito mais completa e feliz. Você está e sempre estará em meu coração.

Aos meus queridos amigos Suéllen, Francine, Beatriz, Vinícius por compreenderem meu sumiço, mas que sempre estiveram por perto dispostos a me ajudar, ouvindo as minhas angústias e dividindo momentos alegres. Em especial, gostaria de agradecer a Suéllen, uma amiga querida que sempre está presente em minha vida.

A todos os professores da UTFPR, que fizeram parte desta fase da minha vida acadêmica. Muito obrigada pelos ensinamentos que instigaram e fomentaram minhas reflexões a respeito da Gestão Pública.

Ao meu professor orientador Sérgio, pela aceitação do meu projeto e também pela paciência e determinação em sanar as minhas dúvidas. Suas

contribuições foram valiosas e imprescindíveis para a elaboração deste trabalho, e também para o meu crescimento intelectual e pessoal.

As tutoras presenciais Danielly e Solange, e a tutora a distância Alda, por todo incentivo e colaboração para a conclusão deste curso.

Aos profissionais da saúde, as entidades e associações, e também aos indivíduos que disponibilizaram seu tempo, contribuindo para que essa pesquisa pudesse ser realizada. Em especial, a fonoaudióloga Cristiane, por sua competência profissional, sempre muito receptiva e aberta, se prontificou a colaborar com esta pesquisa e me auxiliou muito no decorrer da mesma.

Ao coordenador do curso CEPROM / SENAI, o senhor Moretti, pela atenção dispensada e por todas as informações disponibilizadas. Agradeço imensamente por ter viabilizado alguns documentos essenciais para esta pesquisa.

Agradeço também a todos os que, de alguma maneira, contribuíram em minha caminhada acadêmica. E peço desculpas àqueles que não estão presentes entre essas palavras, mas podem estar certos que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Meus sinceros agradecimentos!

“O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele, destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto”.

(Thomas Huxley)

RESUMO

TELES, Valéria Ap^a Soares. As políticas públicas para a inserção do deficiente físico no mercado de trabalho, no município de Itapetininga – SP. 2013. 88. Monografia (Pós-graduação em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas públicas voltadas para a inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho no município de Itapetininga. A presente pesquisa tem o objetivo de contribuir para o planejamento das políticas públicas que possam vir a ser utilizadas pela gestão municipal. Para o melhor entendimento do assunto proposto, buscou-se realizar inicialmente um levantamento dos principais aspectos teóricos sobre políticas públicas, inclusão social, assim como a definição de deficiência, bem como a apresentação da deficiência no Brasil e no município de Itapetininga em números e porcentagens. Para o alcance dos objetivos deste trabalho, o desenvolvimento da pesquisa foi realizado através de uma pesquisa exploratória descritiva, e a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas e a aplicação de questionários aos atores envolvidos com o tema - entidades e associações, profissionais da área da saúde, representantes de organizações governamentais e pessoas com deficiência. Os dados coletados por meio das entrevistas e das visitas técnicas foram analisados e comparados, a fim de se compreender a opinião dos segmentos entrevistados em relação as políticas públicas que o município de Itapetininga oferece aos indivíduos portadores de deficiência. Os principais resultados encontrados indicam que o município de Itapetininga apresenta poucas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, e também que atualmente são poucos os trabalhos que são desenvolvidos em relação ao contexto profissional desses indivíduos. Foi identificado ainda durante a pesquisa, que as políticas públicas adotadas no município são relativamente novas, e que muitas ainda estão em suas fases iniciais, o que por sua vez demonstra a precariedade dos serviços públicos oferecidos em Itapetininga a esses cidadãos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Pessoas com deficiências. Inclusão social.

ABSTRACT

TELES, Valéria Ap^a Soares. Public policies for the inclusion of the handicapped in the labor market, in Itapetininga - SP. 2013. 88. Monografia (Pós-graduação em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

This work has as main objective to analyze focused on the integration of disabled people into the labor market in Itapetininga public policy. This research aims to contribute to the planning of public policies that may be used by city management. For better understanding of the proposed issue, we sought to initially conduct a survey of the main theoretical aspects of public policy, social inclusion, as well as the definition of disability, as well as the presentation of disability in Brazil and Itapetininga in numbers and percentages. To achieve the objectives of this work, the development of the research was conducted through a descriptive exploratory research, and data collection was performed through interviews and questionnaires to the stakeholders with the theme - entities and associations, professionals from health, representatives of NGOs and people with disabilities. The data collected through the interviews and technical visits were analyzed and compared in order to understand the opinion of the segments interviewed regarding public policies that Itapetininga offers individuals with disabilities. The main findings indicate that Itapetininga has few public policies geared to people with disabilities, and also that currently there are few jobs that are developed in relation to the professional context of these individuals. It was also identified during the survey, the public policies adopted in the city are relatively new, and many are still in their early stages, which in turn demonstrates the precariousness of public services provided to citizens in Itapetininga.

Keywords: Public Policies. People with disabilities. Social inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APRISDEFI – Associação para Promoção e Inclusão Social dos Portadores de Deficiência Física de Itapetininga

BCP – Benefício de Prestação Continuada

CEAPPD - Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência

CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

CEPREVI - Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga

CEPROM - Centro Profissionalizante Municipal

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CONDEFI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PPD - Pessoa Portadora de Deficiência

PcD – Pessoa com Deficiência

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

SEDPcD/SP - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo

UBS – Unidade Básica de Saúde

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Regiões Administrativas de São Paulo, população total, população com deficiência – Brasil 2010.....	32
QUADRO 2 – Região de Governo de Itapetininga, população total, deficiência investigada e porcentagem – Brasil 2010.....	33
QUADRO 3 – Total de Empregos no Brasil em 2010, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego	36
QUADRO 4 – Descrição e especificações dos entrevistados	41
QUADRO 5 – Quadro-síntese com as principais opiniões obtidas durante as entrevistas	72
QUADRO 6 – Principais legislações no Brasil referente ao tema	87

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Efeitos de Políticas de Reforço de Capital nas pessoas portadoras de deficiência	21
FIGURA 2 – Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigada na população residente dos municípios – Brasil - 2010	28
FIGURA 3 – Localização Geográfica de Itapetininga no estado de São Paulo.....	45
FIGURA 4 – APRISDEFI.....	50
FIGURA 5 – CEPREVI	53
FIGURA 6 – CEPROM	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problemática	16
1.2 Justificativa	16
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Políticas Públicas	19
2.1.1 Políticas Públicas Municipais	21
2.2 Inclusão Social	23
2.3 Deficiência	24
2.3.1 Definição de Deficiência	24
2.3.2 A Deficiência no Brasil.....	27
2.3.3 Deficiência no estado de São Paulo e no município de Itapetininga	32
2.4 Inclusão Profissional	35
3 METODOLOGIA	38
3.1 Tipo de Estudo	38
3.2 Coleta de dados	39
3.3 Análise de dados	41
3.4 Limitações da pesquisa	42
3.5 Delimitação do Tema	43
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
4.1 Apresentação do município de Itapetininga	44
4.2 Apresentação das Políticas Públicas voltadas as Pessoas com Deficiências em Itapetininga	47
4.2.1 A criação do CONDEFI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	47
4.2.2 Associação para Promoção e Inclusão Social dos Portadores de Deficiência Física em Itapetininga (APRISDEFI)	49
4.2.3 Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga (CEPREVI)	52

4.2.4 Curso de Aprendizagem Industrial em parceria com a Prefeitura Municipal e o SENAI.....	54
4.3 As políticas públicas de Itapetininga na opinião dos profissionais da saúde, das entidades e associações e dos deficientes físicos.....	56
4.4 Propostas de políticas públicas voltadas aos deficientes	64
4.5 Políticas Públicas de Inclusão adotadas em outros municípios.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	80
APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	83
ANEXO A – Requerimento n° 07/2013.....	86
ANEXO B – Principais legislações no Brasil referente ao tema.....	87

INTRODUÇÃO

O expressivo crescimento da população com deficiência é uma realidade em nosso país. Atualmente, segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento no índice de pessoas que são consideradas como portadoras de deficiência. Em 2000, o índice de pessoas com deficiência era de 14,3%, e o último Censo traz que este índice aumentou para 23,9%, o que corresponde a aproximadamente 45 milhões de brasileiros, e demonstra a necessidade da criação de políticas públicas que possam atender a essa parcela da população.

Observa-se, que o tema deficiência e inclusão social está cada vez mais presente em nossa sociedade. E que gradualmente, vem ganhando espaço na literatura, destaque nas discussões públicas, e assim despertando maior interesse na sociedade como um todo.

Nos últimos anos, o Estado passou a dedicar-se a promoção de políticas públicas que viabilizassem a inclusão social dessa parcela da população. Diversas ações governamentais como a criação de: campanhas - "Iguais na diferença", programas e projetos, conselhos (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, e Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência - CEAPPD), secretarias – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, benefícios - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC); foram criados e implementados visando direcionar as ações dos governos em torno desse importante tema.

Além das ações governamentais, a sociedade civil também passou a contribuir para o combate à exclusão dos portadores de deficiência física. Atualmente, diversas ONGs e associações oferecem programas de assistência social e de saúde, reabilitação e capacitação, o que contribui para a inclusão social e profissional de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Considerando a importância desse tema, esta pesquisa tem como objetivo principal identificar e analisar as políticas públicas que o município de Itapetininga possui para a inclusão da pessoa com deficiência. E assim, baseado em entrevistas e pesquisas, identificar os avanços alcançados pela administração municipal e

também verificar os desafios que precisam ser enfrentados e solucionados para a inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho. Apesar de o Brasil ter uma das normas legais mais avançadas do mundo, ainda sim é um dos países que apresenta grande dificuldade em tirá-las do papel e concretizá-las.

Desta forma, além do tema para a integração da pessoa com deficiência ser de grande relevância, nota-se que atualmente existe uma maior preocupação dos órgãos públicos e da sociedade em geral em promover a inclusão das pessoas com deficiência física. Sendo assim, é de grande importância que os municípios busquem soluções e a formulação de políticas públicas que venham a melhorar a realidade vivida pelos deficientes, e assim seja assegurado o exercício dos direitos civis e humanos desses cidadãos.

Para o alcance dos objetivos deste trabalho, o desenvolvimento do tema foi feito em quatro capítulos. Inicialmente no capítulo 1, foram apresentados a problemática, a justificativa, o objetivo geral e os objetivos específicos. No segundo capítulo, apresentar-se-á o referencial teórico do trabalho, abordando as seguintes seções: Políticas Públicas, Políticas Públicas Municipais, Inclusão Social, Definição de Deficiência, A deficiência no Brasil no estado de São Paulo e no município de Itapetininga em números, e por fim a Inclusão profissional dos deficientes. Em seguida, o capítulo 3 trata da metodologia adotada para a realização da pesquisa: tipo de estudo, coleta de dados, análise de dados e as limitações da pesquisa. No quarto capítulo será realizada a análise e a discussão geral dos resultados, esse capítulo será dividido nas seguintes seções: apresentação do município, das entidades e associações, e também das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. E por fim, são apresentadas as considerações finais, e em seguida as referências bibliográficas.

1.1 Problemática

Devido ao grande aumento do número de indivíduos que possuem algum tipo de deficiência física, é necessário que sejam criadas políticas públicas que incentivem e aumentem a possibilidade de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho. Sendo assim, foi identificado que a cidade de Itapetininga apresenta poucas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, e que a lei municipal nº 4.796 que dispõe sobre as considerações e os direitos das pessoas portadoras de deficiências físicas, sensoriais ou mentais; é datada de 04 de novembro de 2003, e não possui nenhuma referência em relação ao contexto profissional desses cidadãos.

Desta forma, é de grande importância que o Executivo Municipal se conscientize da importância da inserção desses cidadãos no mercado de trabalho, e assim sejam promovidas ações junto às entidades que prestam serviços de apoio e qualificação a esse importante setor da população. Com isso, a presente pesquisa tem como objetivo contribuir para o planejamento das políticas públicas do município de Itapetininga, e busca também responder ao problema de pesquisa: *“Quais as políticas públicas que o município de Itapetininga utiliza para inserir os deficientes físicos no mercado de trabalho?”*.

1.2 Justificativa

A justificativa pela escolha deste tema, parte do pressuposto de que além do tema para a integração da pessoa com deficiência ser extremamente relevante, nota-se que atualmente existe uma maior preocupação dos órgãos públicos e da sociedade em geral em promover a inclusão das pessoas com deficiência física, e assim garantir os direitos que lhes são assegurados pela legislação. Devido ao avanço na legislação referente aos direitos das pessoas com deficiência física, como a lei de Cotas 8.213/91, implantada em 1999 pelo Decreto 3.298, é de suma

importância que os municípios também se adéquem a essa norma e passem a oferecer o devido apoio a esses cidadãos.

Desta forma, a escolha sobre esse tema se mostra importante, pois visa apresentar a realidade atual das políticas públicas voltadas para a inclusão social das pessoas com deficiência física no município de Itapetininga-SP, e assim identificar as práticas que estão sendo adotadas e também sugerir novas políticas públicas que possam ser utilizadas pela gestão municipal.

Este trabalho também se mostra bastante importante devido ao fato de que, além de trazer conhecimento para a comunidade acadêmica é de grande importância para a sociedade como um todo, haja vista que o número de indivíduos que possuem deficiência física ou algum tipo de mobilidade reduzida, vem mostrando grande crescimento, e sendo assim, é de extrema importância que a administração municipal busque integrar esse segmento da sociedade, garantindo a inclusão e a promoção social desses indivíduos.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar as políticas públicas para a inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho, no município de Itapetininga – SP.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar e identificar os deficientes físicos, no município de Itapetininga;
- Descrever as políticas públicas voltadas para inclusão dos deficientes físicos, no município de Itapetininga;

- Relatar as principais dificuldades da inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho, no município de Itapetininga;
- Descrever as principais políticas públicas voltadas para a inserção dos deficientes físicos, adotadas em outros municípios do estado de São Paulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresenta-se o embasamento teórico ao tema proposto, buscando conceituar primeiramente o conceito de Políticas Públicas e de Inclusão Social. Após essa conceituação, é apresentada a definição de deficiência, e em seguida é apresentado a população com deficiência no Brasil, a população com deficiência no estado de São Paulo e no município de Itapetininga, especialmente no que se refere aos números e porcentagens. E por fim, é contextualizada a inclusão profissional do deficiente no mercado de trabalho.

2.1 Políticas Públicas

Com as inúmeras transformações que o Estado sofreu entre o século XVIII e XIX, as responsabilidades foram se diversificando e houve a expansão da democracia, e assim o papel do Estado passou a ser o de promover o bem-estar da sociedade. Para realizar a promoção dessas ações, os governos se utilizam das Políticas Públicas para atuar em diferentes áreas como: saúde, meio ambiente, educação. Segundo Lopes e Amaral (2008, p. 5), “as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

De acordo com Rua (2009), as políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e de decisões do governo, decididas em acordo com os atores sociais “privados” (integrantes da sociedade civil), voltadas para a solução de problemas relativos a população. A autora menciona ainda que “embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas” (Rua, 2009, p.20). Desta forma, a autora relata que por mais que entidades privadas participem na formulação e na implementação de políticas públicas, as decisões finais que serão tomadas, serão realizadas por agentes governamentais, o que demonstra que as Políticas Públicas realmente são de caráter público, do poder do Estado.

Já na opinião de Milon (2010, p. 69), “políticas públicas são mecanismos de efetivação de direitos, pelos governantes, que o fazem na busca de melhor atender ao interesse público ou no enfrentamento de um problema social”.

Souza (2006), por sua vez define política pública como uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados, que envolvem diversos atores e níveis de decisão, para a realização das demandas da sociedade. Ainda de acordo com a autora, a política pública pode assumir quatro formatos: Políticas Distributivas (caracterizadas pelas decisões que são tomadas pelo governo), Políticas Regulatórias (relacionadas com a burocracia, políticos e grupos de interesse), Políticas Constitutivas, e as Políticas Distributivas (políticas sociais universais, como sistema tributário, sistema previdenciário).

Segundo o estudo elaborado por Marcelo Neri (et. al), Retratos da deficiência no Brasil (2003), as políticas públicas sociais podem ser organizadas em dois grupos: compensatórias (seguro-desemprego, previdência social, distribuição de cestas básicas) e estruturais (moradia, regularização fundiária, saúde, educação). Na opinião dos autores os dois tipos de políticas apresentam vantagens - as políticas compensatórias apresentam maior velocidade nos seus efeitos, já a política estrutural oferece uma geração permanente de renda.

Entretanto, os autores relatam que as pessoas com deficiência necessitam em maior quantidade de políticas estruturais do que de políticas compensatórias, uma vez que as políticas estruturais propiciam uma geração permanente de renda e uma maior autonomia aos cidadãos. As ações compensatórias muitas vezes exercem efeitos negativos sobre os indivíduos, como “a dominância do aspecto compensatório continuado que não deixa raiz na vida das pessoas. Isto porque uma vez interrompido o programa, a sua clientela volta a marginalidade original” (NERI et. al., 2003, p. 29).

Por último os autores argumentam que para melhorar o nível de bem-estar individual das pessoas com deficiências, é importante que as três modalidades – físico, social e humano, sejam plenamente atendidas pelas políticas de reforço de Capital. A figura abaixo demonstra os efeitos das políticas de Reforço de Capital nas pessoas com deficiência:

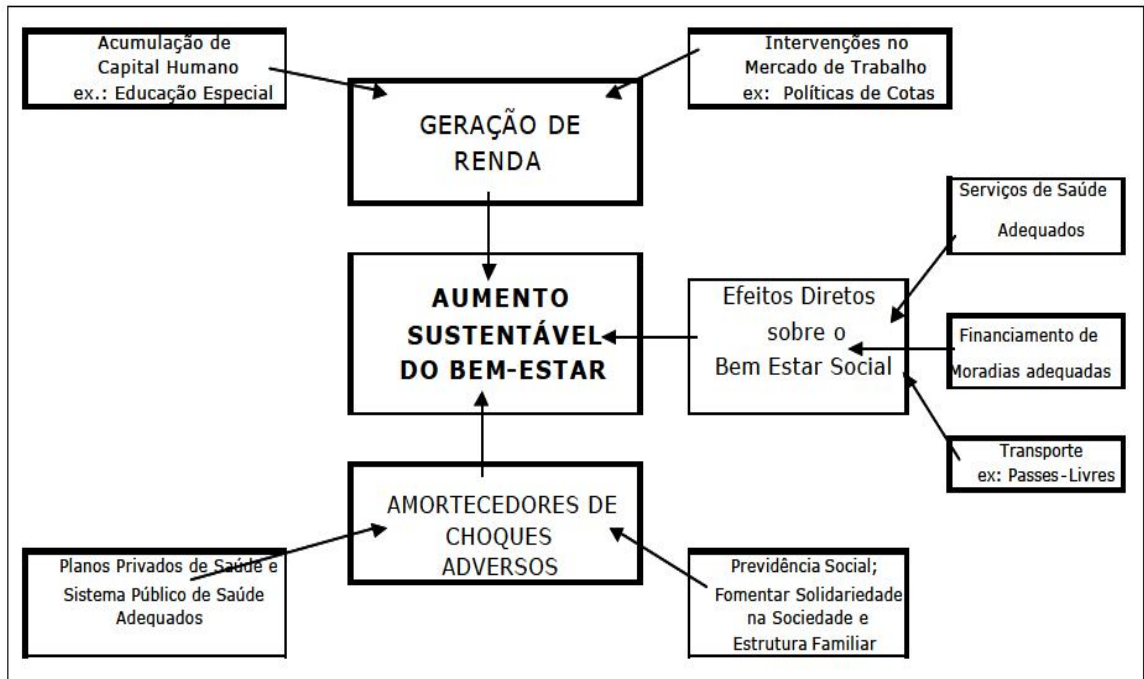


Figura 1 – Efeitos de Políticas de Reforço de Capital nas pessoas portadoras de deficiência.
 Fonte: Neri et. al. (2003, pg. 30)

Por fim, é preciso visualizar as políticas públicas como um processo dinâmico, que reflete os conflitos de interesses da sociedade, e que tem como principal objetivo elaborar e formular formas efetivas de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática.

2.1.1 Políticas Públicas Municipais

Após a criação da Constituição de 1988, os municípios passaram a ter uma maior autonomia política, e assim passaram a ampliar sua competência em diversas áreas importantes da gestão municipal. Diversos encargos e responsabilidades foram assumidos pelo município, e áreas que tradicionalmente são objeto de políticas públicas (meio ambiente, educação, saúde, assistência social), passaram também a fazer parte das competências municipais em conjunto com outras esferas – União e o Estado. O processo de descentralização trouxe maior autonomia aos municípios, entretanto, as competências municipais também foram aumentadas.

De acordo com a Constituição Federal (1988), capítulo IV, art. 30, compete aos municípios:

- Legislar sobre assuntos de interesse local;
- Suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- Instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

As políticas públicas municipais contam com a participação e a colaboração muitas vezes da sociedade civil, uma vez que é no âmbito municipal que as pessoas enfrentam as dificuldades sociais do dia-a-dia. Diversos instrumentos de participação popular (assembléias, associações de bairros, conselhos do município, audiências públicas, entre outros) são utilizados pelos cidadãos, com o objetivo de exigir que o poder público municipal implemente políticas públicas mais eficazes. O autor Weverson Viegas, no artigo Cidadania e participação popular, argumenta que “a participação popular visa estabelecer parcerias entre Estado e sociedade civil, para que, juntos, possam atingir o objetivo desejado por todos, que é a melhoria das condições de vida de toda a população” (VIEGAS, 2002).

Dessa forma, o que se percebe é que as políticas públicas municipais sofrem grande influência da participação popular dos cidadãos, e também que é

indispensável a participação da sociedade na elaboração, na formulação e no acompanhamento da execução das ações realizadas pela gestão municipal. Sendo assim, o resultado eficaz das políticas públicas, está diretamente ligado ao grau de participação popular adotado pelo município, o que por sua vez demonstra a importância das políticas públicas municipais para a garantia da proteção integral dos direitos dos cidadãos.

2.2 Inclusão Social

Atualmente, a sociedade brasileira debate fortemente a inclusão da pessoa com deficiência física. Esse tema vem ganhando cada vez mais espaço e tem sido aplicado em diversas áreas, principalmente nas políticas sociais. Entretanto, antes de definirmos o conceito de inclusão, é importante entendermos o que significa o termo exclusão social, uma vez que esses dois termos estão profundamente vinculados.

“[...] um fenômeno moderno, ou melhor, pós-moderno, que no bojo do processo de globalização da economia e de desregulamentação do trabalho, da produção e da proteção social, vem impondo um novo tipo de clivagem entre nações e entre indivíduos e grupos dentro de uma mesma nação. Esta clivagem não aponta tão somente para a tradicional divisão entre ricos e pobres ou entre os que *têm* e os que *não têm* bens e riquezas, mas indica principalmente a separação entre os que estão *dentro* e os que estão *fora* do circuito das possibilidades de acesso usufruto de bens, serviços e direitos que constituem patrimônio de todos” (PEREIRA, 1998, p. 124).

A partir dessa definição podemos perceber que a palavra exclusão se refere principalmente aos cidadãos que não estão inclusos na sociedade, e assim não têm atendidos os seus direitos e as suas necessidades. Ou seja, os cidadãos que são excluídos acabam ficando fora de um contexto social e sendo “eliminados”, e assim, passam a não pertencer a um determinado grupo. Segundo Sposati (2006), a exclusão se faz presente nas mais diferentes formas de relações (políticas, econômicas, culturais e sociais), e pode existir em graus e formas diferentes.

De acordo com o dicionário Houaiss o termo “incluir”, significa fazer parte, inserir, introduzir, e a palavra inclusão significa o ato ou efeito de incluir. Dessa forma, a inclusão das pessoas com deficiências em síntese significa torná-las

participantes da vida social, política e econômica, assegurando o exercício dos direitos civis e humanos desses indivíduos.

Já na opinião de Sasaki (1997), a inclusão social pode ser conceituada como:

"o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos" (SASSAKI, 1997, p. 41).

Portanto, para o autor a sociedade precisa ser modificada, e assim passar a atender às necessidades de seus membros, com o objetivo de oferecer um novo tipo de sociedade, que ofereça aos cidadãos formas de buscar seu desenvolvimento e também de exercer sua cidadania.

A responsabilidade de viabilizar a inclusão social dos deficientes físicos é do poder público, que deve intervir por meio de ações governamentais para oferecer as pessoas o acesso às políticas e aos serviços sociais, por meio da implantação de políticas públicas de qualidade. Dentre as políticas sociais existentes, a Assistência Social é uma política estratégica de inclusão, que tem como objetivo principal garantir os direitos dos cidadãos e contribuir para a melhoria das condições de vida.

Diante dos conceitos expostos, o que se percebe é que o tema inclusão/exclusão social apresenta diversas subjetividades específicas, que por sua vez dificultam entender se a questão relativa ao tema é apenas de caráter social, ou também se refere à questão econômica, como definem diversos estudiosos.

2.3 Deficiência

2.3.1 Definição de Deficiência

Há diferentes definições sobre o conceito de deficiência, uma vez que existe uma grande amplitude e diversificação nos tipos e no grau das deficiências apresentadas pelos indivíduos. Tais deficiências vão desde pequenos

comprometimentos, até mesmo a dependência total de terceiros para viver. As deficiências podem ser de ordem intelectual, mental, sensorial ou física, sendo assim, é fundamental conhecer o conceito de deficiência para elaboração de políticas públicas que visem dar apoio e incluir os portadores de deficiência.

A palavra deficiência é originária do latim *deficientia*, e significa falta, falha, insuficiência, imperfeição. Segundo Maranhão (2005), deficiente é a pessoa que tem as faculdades físicas ou intelectuais diminuídas, apresentando dificuldade para exercer e realizar certas atividades ou tarefas.

Para Celestini (2003), a deficiência é uma redução permanente que gera incapacidade para a execução de certas atividades. A autora define pessoa portadora de deficiência como sendo aquela que apresenta em caráter permanente ou de forma reduzida as funções anatômicas, fisiológicas, mentais ou psicológicas.

De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), a palavra deficiência pode ser entendida como:

“perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão”. (AMIRALIAN, PINTO, GHIRARDI, LICHTIG, MASINI e PASQUALIN, 2000, p. 98).

Ao longo da história, diversas mudanças na nomenclatura utilizada para referir-se à pessoa com deficiência foram surgindo. Segundo Lanna Junior (2010), as palavras utilizadas para nomear as pessoas com deficiência foram sendo modificadas de acordo com a visão valorativa e as percepções de cada época. Até meados do século XX, eram muito utilizados os termos pejorativos “incapazes, defeituosos e aleijados”; nessa época o deficiente físico era visto como um inútil, e como um fardo social.

Porém, com o passar dos anos outros termos foram sendo utilizados como “pessoa portadora de deficiência”, com o objetivo de se contrapor aos termos que até então eram utilizados. Posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a utilizar a expressão “pessoa com deficiência”.

“Pessoa com deficiência passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social. Em oposição à expressão ‘pessoa portadora’, ‘pessoa com deficiência’ demonstra que a deficiência faz parte do corpo e, principalmente, humaniza a denominação. Ser ‘pessoa com deficiência’ é, antes de tudo, ser pessoa humana. É

também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência. A expressão foi consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006". (LANNA JUNIOR, 2010, p. 17).

De acordo com o Decreto nº 5.296/04, art 5º, a deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarreta no comprometimento da função física de um indivíduo. Os tipos de deficiência física são categorizadas da seguinte forma:

- Paraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- Monoplegia - perda total das funções de um só membro inferior ou superior;
- Paraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- Monoparesia – perda parcial das funções de um só membro inferior ou superior;
- Tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros superiores e inferiores;
- Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores;
- Triplegia – perda total das funções motoras de três membros;
- Triparesia – perda parcial das funções motoras de três membros;
- Hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo;
- Hemiplegia – perda total das funções de um hemisfério do corpo;
- Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

- **Deficiência Auditiva:** perda bilateral, parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras.

- **Deficiência Visual:** perda total ou parcial da visão, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a correção óptica.

- **Deficiência Mental:** refere-se ao funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a mais de uma área de habilidades adaptativas (comunicação, habilidades sociais, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, cuidado pessoal).

É importante ressaltar, que a deficiência não pode ser descrita apenas sob o ponto de vista médico, é necessário considerar o contexto sociocultural do indivíduo,

uma vez que existem diversos tipos de deficiência. As deficiências podem ser temporárias ou permanentes, progressivas, regressivas ou estáveis.

Na Política Nacional para Integração de Deficiência, estipulada no Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, considera-se deficiente o cidadão que possui uma das seguintes características:

- **Incapacidade:** redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social. Onde o indivíduo possui necessidade de equipamentos, adaptações ou recursos especiais para desempenhar suas atividades.

- **Deficiência:** Perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que cause a incapacidade para o desempenho de uma tarefa ou atividade.

- **Deficiência permanente:** aquela que não permite a recuperação ou alteração das funções, mesmo o indivíduo submetendo-se a novos tratamentos.

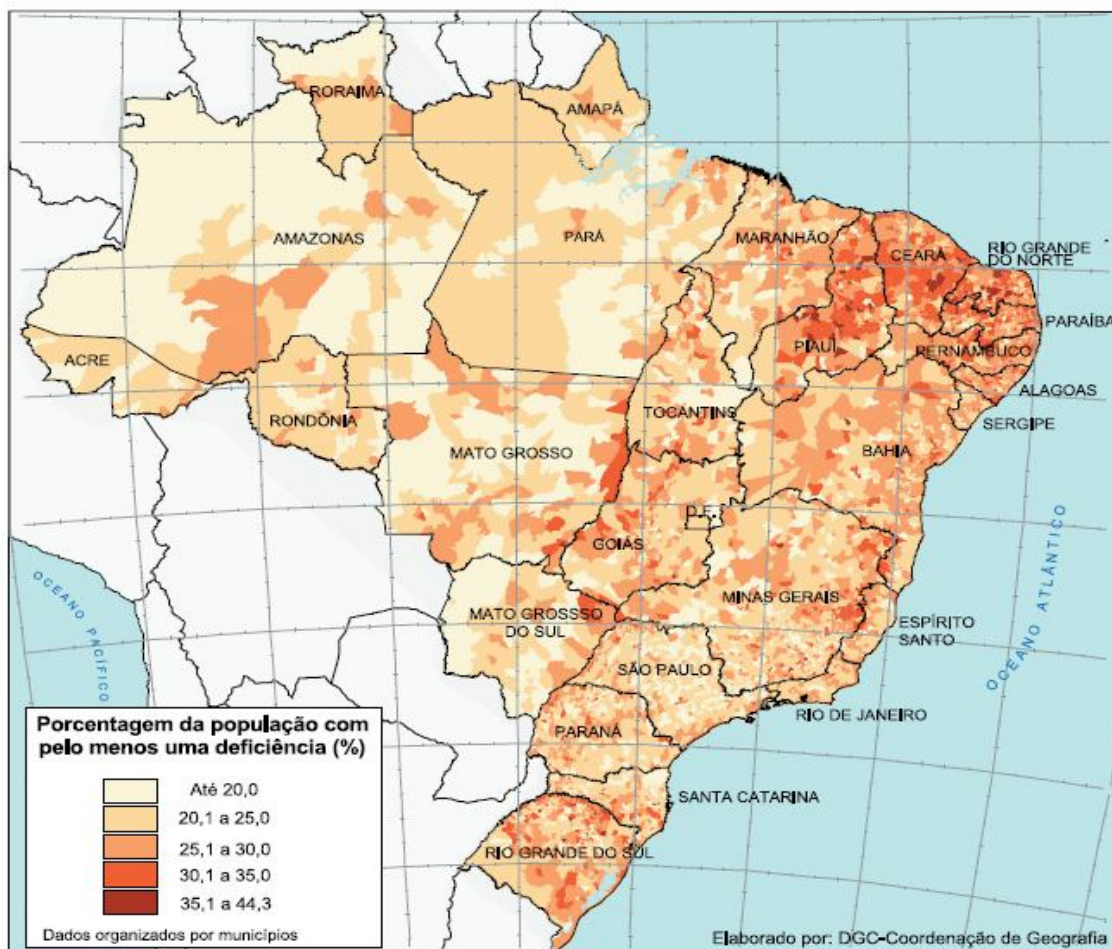
Atualmente existem diversas nomenclaturas para caracterizar o deficiente físico. A ONU adota o termo “pessoa com deficiência”, já o IBGE classifica a população que possui algum tipo de deficiência como “PPD - pessoa portadora de deficiência”, e os meios de comunicação em geral utilizam frequentemente o termo “portadores de necessidades especiais”. Isso demonstra que não existe um consenso, até mesmo entre os especialistas, a respeito de qual nomenclatura utilizar e até mesmo qual a definição se mostra a mais correta.

Entretanto, apesar das diversas terminologias adotadas é possível perceber que perante tantas definições, a maioria dos conceitos apresenta praticamente o mesmo significado, ou seja, define como deficiente a pessoa que sofreu perda permanente de funcionalidades, de forma parcial ou total, acarretando limitações no desempenho de suas atividades.

2.3.2 A Deficiência no Brasil

Segundo o Censo Demográfico elaborado pelo IBGE em 2010, cerca de 45 milhões de pessoas possui algum tipo de deficiência no Brasil, o que corresponde a

23,9% da população total. Na figura abaixo é apresentado o percentual de pessoas com pelo menos uma deficiência (dados organizados por município):



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 2 – Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigada na população residente dos municípios – Brasil – 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (2012, p. 73)

Desse total de 45 milhões de indivíduos com deficiência, a maioria vive em áreas urbanas (38 milhões), e o restante vive em áreas rurais (7 milhões). A deficiência visual é o tipo de deficiência que atinge o maior número de pessoas (35,8 milhões), seguida pela deficiência motora (13,3 milhões), em terceiro lugar aparece a deficiência auditiva (9,7 milhões) e na quarta posição se encontra a deficiência mental ou intelectual que atingem 2,6 milhões de pessoas.

Em relação à cor ou raça, o maior percentual de pessoas com deficiências pertence à raça negra – 3.884.965 pessoas – e à amarela – 569.838 pessoas, o que

representa 27,1%, e o menor percentual foi apresentado pela população indígena com 20,1% - 165.148 pessoas.

Em relação a estrutura por idade, a população de 15 a 64 anos de idade apresenta um índice de deficientes de 24,9%, as crianças de 0 a 14 anos um índice de 7,5% e as pessoas com 65 anos ou mais atingiu 67,7%, o que representa mais da metade dessa população. O percentual da população feminina deficiente foi de 26,5% (25.800.681 mulheres), e o da população masculina foi de 21,2% (19.805.367). Abaixo segue uma tabela com mais informações:

Tabela 1 – Distribuição percentual da população residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010

Sexo e grupos de idade	Distribuição percentual da população residente (%)						
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência					Nenhuma destas deficiências (3)
		Pelo menos uma das deficiências enumeradas (1)	Visual	Auditiva	Motora	Mental ou intelectual	
Total	100,0	23,9	18,8	5,1	7,0	1,4	76,1
0 a 14 anos	100,0	7,5	5,3	1,3	1,0	0,9	92,5
15 a 64 anos	100,0	24,9	20,1	4,2	5,7	1,4	75,0
65 anos ou mais	100,0	67,7	49,8	25,6	38,3	2,9	32,3
Homens	100,0	21,2	16,0	5,3	5,3	1,5	78,8
0 a 14 anos	100,0	7,3	4,8	1,4	1,0	1,0	92,7
15 a 64 anos	100,0	22,2	17,1	4,5	4,5	1,6	77,8
65 anos ou mais	100,0	64,6	47,3	28,2	30,9	2,8	35,4
Mulheres	100,0	26,5	21,4	4,9	8,5	1,2	73,5
0 a 14 anos	100,0	7,8	5,9	1,3	1,0	0,7	92,2
15 a 64 anos	100,0	27,6	23,1	4,0	6,8	1,2	72,4
65 anos ou mais	100,0	70,1	51,7	23,6	44,0	3,0	29,9

Notas: (1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências. (3) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (2012, p. 76).

No que se refere ao grau de escolarização, a taxa de alfabetização apresentada foi de 81,7% (população de 15 anos), e a região que apresentou a maior taxa de alfabetização dessa população foi a região Sudeste (88,2%), e a

menor taxa foi apresentada pela região Nordeste (69,7%). Enquanto 61,1% dos portadores de deficiência não tinha instrução ou não possuía o nível fundamental completo, os que não possuem deficiência apresentam um percentual de 38,2% no mesmo índice, o que demonstra o baixo nível de escolarização que muitos deficientes possuem.

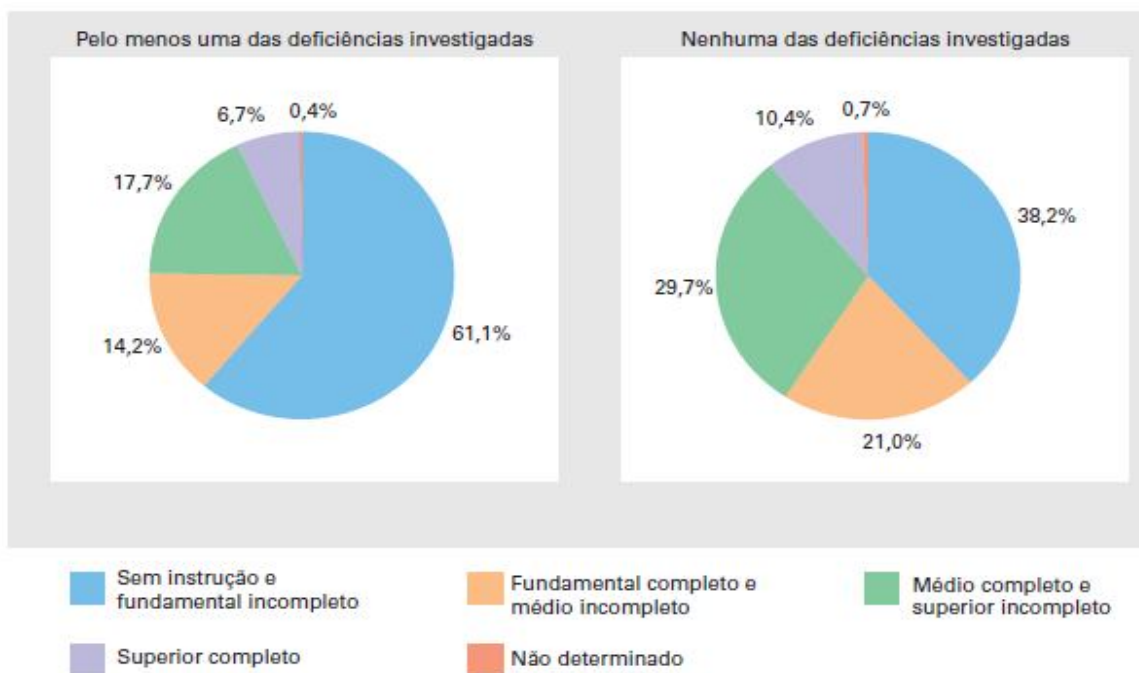


Gráfico 1 – Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade, por existência de pelo menos uma das deficiências investigadas e nível de instrução – Brasil 2010.
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (2012, p. 82).

Nesse gráfico é possível observar como existem diferenças relativas ao acesso à educação entre pessoas que possuem algum tipo de deficiência e o restante da população. Esses dados são preocupantes, pois em relação ao nível de instrução é possível perceber que existe uma diferença acentuada quando se compara a população que possui algum tipo de deficiência, com as pessoas que declaram não ter nenhuma das deficiências investigadas.

Em 2010, o número de pessoas que possuíam algum tipo de deficiência e que estavam empregadas representava 20,4 milhões (23,6%) do total de pessoas ocupadas (86,4 milhões). Entretanto, das 44 milhões de pessoas com deficiência, 23,7 milhões não estava empregada, o que evidencia a desigualdade no mercado de

trabalho entre a população em geral comparada aos deficientes físicos. A deficiência mental ou intelectual é a que apresenta maior dificuldade para a inserção do deficiente no mercado de trabalho. Por exemplo, o nível de ocupação das pessoas com deficiência mental é de 17,4%; e 48,4% para a população que possui deficiência visual. Já em relação ao rendimento nominal mensal de trabalho recebido pela população deficiente, 46,4% das pessoas recebem um salário mínimo, ou não recebem rendimentos.

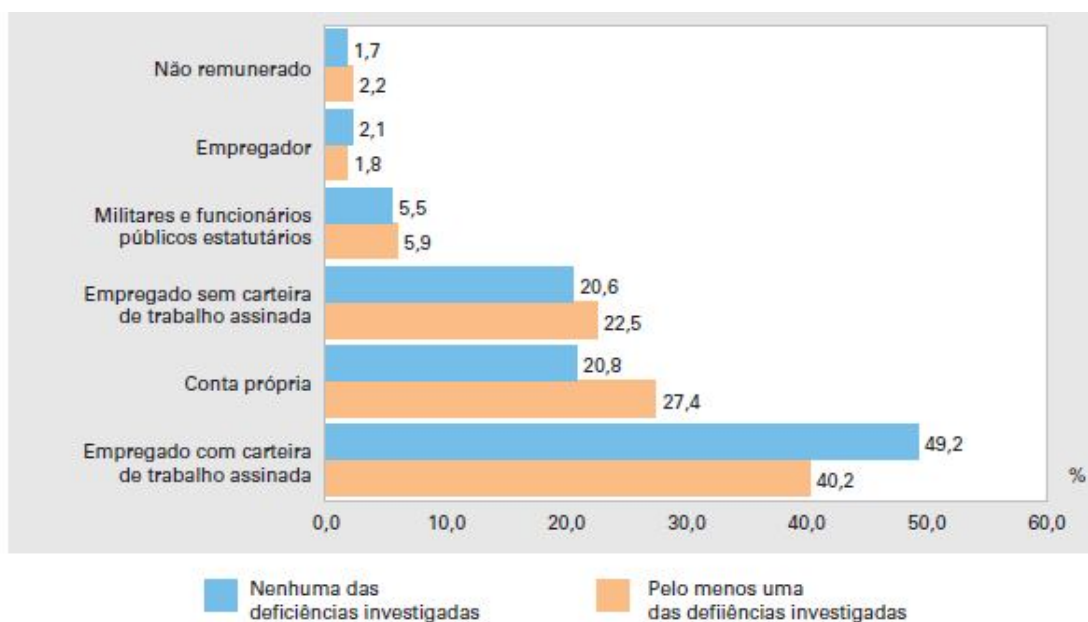


Gráfico 2 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por existência de pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo a posição na ocupação no trabalho principal – Brasil – 2010.
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (2012, p. 82).

Quando comparamos os índices e avaliamos os percentuais, é possível perceber que a situação dos portadores de deficiência está cada vez mais complexa e desigual, e se torna de extrema necessidade a implantação de medidas governamentais e sociais para que assim seja mudada a realidade vivida atualmente por esses indivíduos. Desta forma, identificar as principais características apresentadas por essa população é de fundamental importância para a elaboração e aplicação de corretas políticas públicas.

2.3.3 Deficiência no estado de São Paulo e no município de Itapetininga

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, baseado no Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, o número de deficientes físicos no estado de São Paulo teve grande aumento. Uma vez que o índice de pessoas que são consideradas como portadoras de deficiência sofreu algumas modificações, devido às últimas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

“No último Censo passou-se a atribuir o título de pessoa com deficiência não somente àquelas que se consideram incapazes, mas também àquelas que reportaram possuir alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar, ouvir ou caminhar, fato não observado nos inquéritos anteriores” (FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, 2006, p. 12).

Atualmente, a população com deficiência no estado corresponde a 9.314.124 indivíduos, o que representa um percentual de 22,57% da população total do estado. No quadro abaixo são apresentadas as regiões administrativas de São Paulo, a população total e a população com deficiência.

Regiões Administrativas de São Paulo	População Total	População com Deficiência
Região Metropolitana de SP	19.683.975	4.715.722
Região Administrativa de Araçatuba	735.965	166.248
Região Administrativa de Barretos	419.587	85.937
Região Administrativa de Bauru	1.052.946	220.585
Região Administrativa de Campinas	6.249.185	1.293.849
Região Administrativa Central	952.249	190.971
Região Administrativa de Franca	706.283	145.206
Região Administrativa de Marília	940.814	204.149
Região Administrativa de Presidente Prudente	833.530	192.530
Região Administrativa de Registro	269.267	70.874
Região Administrativa de Ribeirão Preto	1.247.761	254.398
Região Administrativa de Santos	1.664.136	395.983
Região Administrativa de São José dos Campos	2.204.594	502.885
Região Administrativa de São José do Rio Preto	1.437.549	310.396
Região Administrativa de Sorocaba	2.804.026	594.391
Estado de São Paulo por Regiões Administrativas	41.261.867	9.314.124

Quadro 1 – Regiões Administrativas de São Paulo, população total, população com deficiência - Brasil 2010

Fonte: IBGE/Censo 2010 / Coleta e Organização dos Dados: Assessoria Técnica de Dados/Informações – SEDPcD/SP

Dentro da região administrativa de Sorocaba, está inserida a Região de Governo de Itapetininga, que está dividida em treze municípios: Alambari, Angatuba, Boituva, Campina de Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Itapetininga, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí e Tatuí. Segundo o Censo do IBGE, a região de Itapetininga possuía uma população total de 463.645 habitantes em 2010. Desse total, um percentual de aproximadamente 19,85% (92.055 indivíduos) declarava possuir pelo menos uma das deficiências investigadas.

MUNICÍPIOS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA Região de Governo Itapetininga	População Total	Pelo menos uma das deficiências investigadas	Porcentagem
Alambari	4.884	1.029	21,07%
Angatuba	22.210	4.715	21,23%
Boituva	48.314	9.297	19,24%
Campina do Monte Alegre	5.567	1.349	24,23%
Capela do Alto	17.532	3.321	18,94%
Cerquilha	39.617	6.824	17,22%
Cesário Lange	15.540	2.911	18,73%
Guareí	14.565	2.643	18,15%
Itapetininga	144.377	28.260	19,57%
Quadra	3.236	602	18,60%
São Miguel Arcanjo	31.450	6.049	19,23%
Sarapuí	9.027	2.303	25,51%
Tatuí	107.326	22.752	21,20%

Quadro 2 – Região de Governo de Itapetininga, população total, deficiência investigada e porcentagem – Brasil 2010

Fonte: IBGE/Censo 2010 / Coleta e Organização dos Dados: Assessoria Técnica de Dados/Informações – SEDPCD/SP

Em razão da nova metodologia adotada pelo IBGE, é possível observar que o número de indivíduos considerados com deficiência nos municípios da região de Itapetininga, apresenta uma porcentagem alta, e também valores muito próximos. A cidade que possui o maior número de pessoas com deficiências é a cidade de Sarapuí (25,51%), e a que apresenta o menor índice é o município de Cerquilha (17,22%).

Em relação aos tipos de deficiência que a população de Itapetininga apresenta, a deficiência que se mostra mais presente é a deficiência visual (não necessariamente a cegueira total), atingindo aproximadamente 21.409 indivíduos. A segunda maior incidência é a deficiência motora que atinge 8.828 pessoas. Logo em seguida vem a deficiência auditiva (diferentes graus de perda auditiva, desde a surdez leve até a surdez total) que afeta 5.496 indivíduos. E por último, aparece a deficiência mental/intelectual, que atinge aproximadamente 1.932 cidadãos Itapetininganos. É importante ressaltar que o número de indivíduos que possui algum tipo de deficiência no município de Itapetininga é 28.260, entretanto a população com deficiência que é apresentada no gráfico abaixo totaliza 37.665 pessoas, devido ao fato de algumas pessoas declararem possuir mais de um tipo de deficiência.

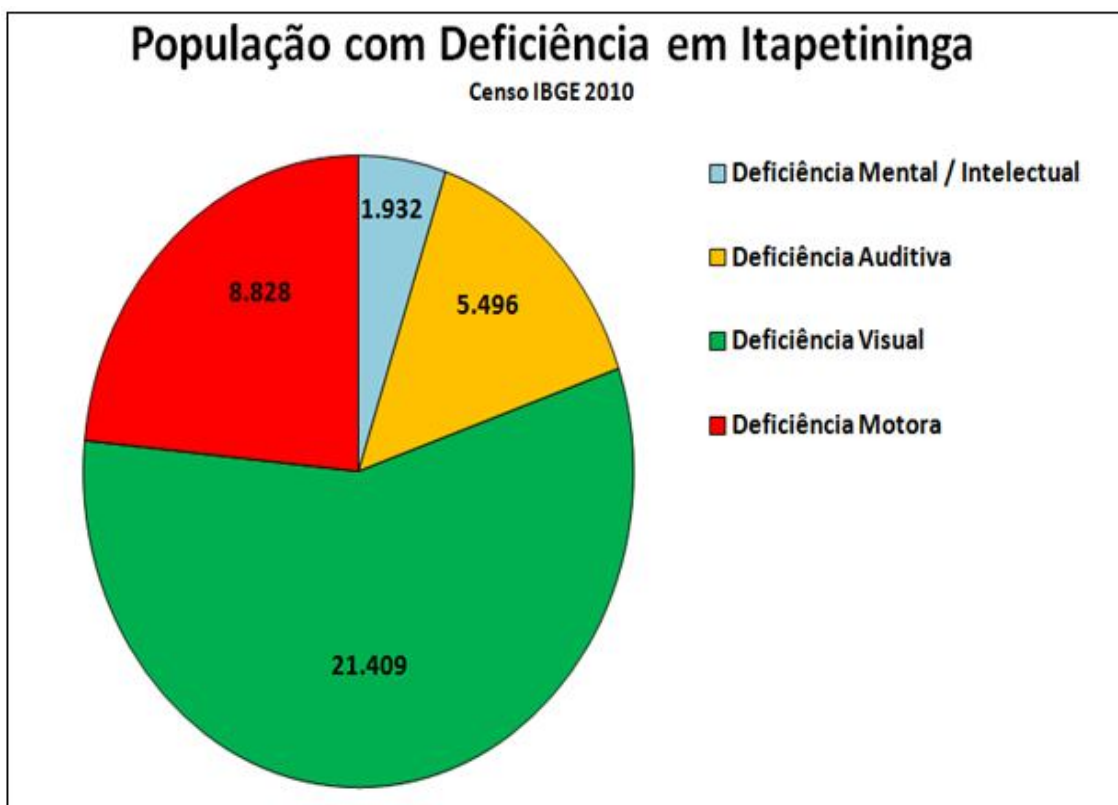


Gráfico 3 – População que declara possuir algum tipo de deficiência – Itapetininga-SP

Fonte: IBGE/Censo 2010

Coleta e Organização dos Dados: Assessoria Técnica de Dados/Informações – SEDPCD/SP

2.4 Inclusão Profissional

A inclusão social dos deficientes físicos, não só no Brasil como em todo o mundo, tem como dificuldade principal o acesso ao trabalho, que está diretamente ligado ao baixo nível de escolarização e profissionalização dessa população (principalmente nos países subdesenvolvidos), e a falta de efetivas políticas públicas para a inserção dos deficientes. Na opinião de ALVES (2007), a qualificação profissional também é apontada como um dos fatores principais desse problema.

“Além de fatores individuais, econômicos e sociais, um outro aspecto que dificultaria a inserção da pessoa com deficiência no trabalho, apontado pela literatura científica, é a falha no processo de formação e qualificação profissional”. (ALVES, 2007, p. 72)

Esse processo de exclusão já ocorre há muito tempo, e a partir de 1789 é que começaram a ser criados diversos inventos com o objetivo de propiciar aos portadores de deficiência meios de trabalho e de locomoção, tais como: cadeira de rodas, muletas, bengalas, próteses; enfim, meios que possibilitassem esses indivíduos a uma readaptação social. Entretanto, a questão da habilitação e da reabilitação desses indivíduos surgiu a partir da Revolução Industrial, pois como as condições de trabalho na época eram precárias, diversos acidentes mutiladores e também doenças profissionais foram ocasionadas, o que possibilitou a criação de atividades previdenciárias e assistenciais (Sistema de Seguridade Social), e também a criação do Direito do Trabalho (FONSECA, 2000).

As ações que viabilizam a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho, estão todas ligadas à acessibilidade (acessibilidade de informação e arquitetônica), em ajustes ergonômicos no espaço físico, em equipamentos e na organização do trabalho. No art. 35 do Decreto 3.298/99, são estabelecidas modalidades de inserção laboral para os deficientes físicos:

- I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;
- II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e
- III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou

em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

Os últimos dados da Relação Anual de Informações Sociais 2010 (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram que apenas 306.013 indivíduos que possuem algum tipo de deficiência mantêm vínculo formal, o que representa um percentual de 0,7% do total de vínculos formais (44.068.355). No quadro abaixo é possível observar os resultados da RAIS 2010:

TOTAL DE EMPREGOS – BRASIL 2010		
	NÚMERO DE PESSOAS	PORCENTAGEM
Pessoas com deficiência declarada	306.013	0,7
Pessoas sem deficiência declarada	43.762.342	99,3
TOTAL DE VÍNCULOS FORMAIS	44.068.355	100,0

Quadro 3 – Total de Empregos no Brasil em 2010, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego
Fonte: Adaptada de RAIS 2010/MTE.

Esses dados demonstram o tamanho do mercado formal ocupado por pessoas portadoras de deficiência, e revela a ineficiência das imposições legais, como a Lei de Cotas 8.213/1991 que estabelece um percentual de pessoas com deficiência a ser contratado pelas empresas. Se realmente a legislação fosse cumprida na íntegra, seriam geradas aproximadamente 900 mil vagas em nosso país, e provavelmente a exclusão social desses indivíduos seria certamente diminuída (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010).

Atualmente, a maioria das organizações busca se adequar a legislação e procura oferecer vagas aos portadores de deficiências. Entretanto, muitas organizações adotam essas práticas de inclusão, tendo como objetivo principal obter retorno social, vantagens tributárias e fiscais, e também publicidade para as práticas adotadas de responsabilidade social (MELO NETO E FRÓES, 2001). As empresas normalmente não possuem estrutura para recebê-los (adequação dos meios e dos recursos), e são poucas as que realizam um processo de acompanhamento do

empregado com deficiência, o que revela o despreparo das empresas e de seus funcionários para receber uma pessoa com deficiência.

A inclusão profissional do portador de deficiência física é de extrema importância, visto que o trabalho constitui um dos meios que possibilita a reinserção do deficiente à sociedade. E para enfrentar esse processo de exclusão é necessário que sejam criadas ações que possibilitem a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência, proporcionando a elas a equiparação de oportunidades com os demais cidadãos.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são descritas as características da metodologia utilizada no estudo, compreendendo o tipo de estudo, os métodos de coleta e análise dos dados, bem como as suas limitações.

3.1 Tipo de Estudo

A metodologia de pesquisa utilizada no processo de elaboração deste trabalho na etapa inicial foi a pesquisa exploratória, uma vez que este tipo de pesquisa proporciona uma maior interação com o problema em estudo, o que permite a formulação de hipóteses, e proporciona uma visão geral e também mais aproximada acerca do tema estudado (GIL, 1991).

Na opinião de Lakatos e Marconi (2001), esse tipo de pesquisa trata de investigações de pesquisas empíricas, cujo objetivo principal é o de formular questões a fim de desenvolver hipóteses para que o pesquisador possa se familiarizar com o objeto de estudo.

Na segunda etapa do trabalho a pesquisa descritiva também foi utilizada, pois ela possibilita descrever as características de determinados acontecimentos, por meio da observação e análise minuciosa e precisa dos fatos. Na opinião de Gil (1999), esse tipo de pesquisa pode ser entendida como:

“a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] e uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” (GIL, 1999, p. 44).

Ainda de acordo com o autor, as pesquisas de caráter descritivo têm como finalidade estudar as características de determinado grupo, e desta forma, são normalmente utilizadas em pesquisas sociais, pois oferecem ao pesquisador meios para compreender melhor o problema estudado, devido ao fato de tal pesquisa demandar maiores detalhes dos dados e dos fatos analisados.

A abordagem da pesquisa utilizada para a análise de dados foi o método qualitativo, onde o método utilizado possibilita um entendimento mais profundo sobre o tema, devido ao fato de serem desenvolvidas entrevistas e observações durante o decorrer do trabalho.

3.2 Coleta de dados

Visando cumprir o objetivo desse estudo, a coleta de dados foi desenvolvida em etapas. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico com a finalidade de elaborar um referencial teórico que possibilitasse compreender de maneira mais completa e concisa, o tema sobre políticas públicas para deficientes físicos.

Para realizar o levantamento de dados para a elaboração dessa pesquisa, foram consultados livros, artigos, e revistas científicas que abordassem os temas que seriam apresentados posteriormente (políticas sociais, inclusão social e profissional, deficiência física, entre outros). Também foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de pesquisas na internet em sites do governo federal, do Ministério da Saúde e também do Desenvolvimento Social. Outras fontes que foram de fundamental importância para a realização dessa pesquisa, foram os sites: da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD/SP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE); pois os trabalhos e as informações sobre a deficiência no Brasil, auxiliaram na familiarização inicial com o tema estudado, e com a delimitação da pesquisa.

Após a realização desse levantamento foi definida a questão de pesquisa - *“Quais as políticas públicas que o município de Itapetininga utiliza para inserir os deficientes físicos no mercado de trabalho?”*, e também foi definido o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

A partir disso, com o objetivo de identificar as políticas públicas voltadas para a inserção do deficiente físico no mercado de trabalho, foram feitas pesquisas em órgãos como: a Prefeitura Municipal de Itapetininga, a Câmara Municipal de Itapetininga, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e

Mobilidade Reduzida (CONDEFI), entidades organizadas como a APRISDEFI (Associação para Promoção e Inclusão Social dos Portadores de Deficiência Física de Itapetininga), o Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga (CEPREVI), e também o Centro Profissionalizante Municipal (CEPROM), com o intuito de coletar dados e informações para a elaboração da pesquisa.

Nesses órgãos, associações e instituições, além de ser feita uma breve pesquisa documental - legislações, estudos e estatutos (ver Anexo A), foram realizadas visitas e entrevistas com:

- 01 representante do legislativo municipal, no dia 17 de setembro de 2013;
- 01 conselheira do CONDEFI, no dia 30 de setembro;
- 01 representante da APRISDEFI, no dia 04 de outubro de 2013;
- 01 representante do CEPREVI, no dia 07 de outubro de 2013;
- 01 representante de uma clínica de fisioterapia e reabilitação (privada), no dia 07 de outubro de 2013;
- 03 alunos do CEPROM, no dia 01 de outubro de 2013;
- 02 indivíduos portadores de deficiência, no dia 04 de outubro de 2013.

No início todas as entrevistas seguiram um roteiro base, porém conforme surgia necessidade, algumas adaptações eram feitas a fim de aprofundar a análise sobre determinado tópico ou assunto (ver roteiro da entrevista no Apêndice B). O critério de escolha utilizado para selecionar os entrevistados foi a facilidade de acesso, a disponibilidade de horário, e também o interesse do indivíduo em participar da pesquisa.

A fim de se garantir a legitimidade, a autenticidade e sinceridade nas entrevistas, optou-se por não identificar nominalmente os entrevistados, uma vez que alguns deles solicitaram previamente que seus nomes fossem ocultados, para que assim as informações concedidas não viessem a comprometer o relacionamento deles no ambiente profissional. No quadro abaixo é descrito a relação de entrevistados e as especificações de cada um.

INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ENTREVISTADO	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA
Câmara Municipal	Vereador	54 anos	1 ano	Visual
CONDEFI	Conselheira	45 anos	1 ano	Nenhuma
APRISDEFI	Fonoaudióloga	35 anos	7 anos	Nenhuma
CEPREVI	Terapeuta Ocupacional	32 anos	4 anos	Nenhuma
Clínica de Fisioterapia - Privada	Fisioterapeuta	27 anos	3 anos	Nenhuma
CEPROM	Aluno	21 anos	10 meses	Paraplegia
CEPROM	Aluno	18 anos	10 meses	Monoparesia
CEPROM	Aluna	28 anos	10 meses	Visual
Multinacional	Auxiliar Administrativo	32 anos	6 anos	Amputação
Comércio	Serviços Gerais	36 anos	2 anos	Auditiva (parcial)

Quadro 4 - Descrição e especificações dos entrevistados.
Fonte: Autoria própria.

Num segundo momento, com o objetivo de se obter mais informações sobre o Curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo para PcD (Pessoas com Deficiência), foi aplicado um questionário (ver Apêndice A) ao coordenador de atividades pedagógicas do SENAI/Sorocaba, o senhor Luis Carlos Moretti. Esse questionário foi disponibilizado no dia 14 de outubro via e-mail para que assim fossem coletadas algumas informações relevantes que não puderam ser obtidas durante a visita técnica realizada no CEPROM no dia 01 de outubro de 2013.

Para que fosse possível coletar todas as informações necessárias para concluir a análise de dados da pesquisa, as entrevistas e o questionário foram aplicados e disponibilizados durante um período de aproximadamente dois meses (setembro e outubro).

3.3 Análise de dados

Realizada a coleta dos dados foi desenvolvida uma análise minuciosa do conteúdo das entrevistas e dos questionários, e assim todas as respostas foram

analisadas e estudadas, a fim de se compreender as políticas públicas que o município de Itapetininga oferece aos indivíduos portadores de deficiência.

A partir das respostas dadas pelos entrevistados, foi realizada uma análise comparativa dos dados obtidos, o que permitiu identificar a opinião que cada um dos segmentos entrevistados (profissionais da área da saúde representando as associações e entidades; representante do legislativo municipal, representantes portadores de deficiência física, entre outros) possuía em relação às políticas públicas implementadas no município.

As visitas e as entrevistas possibilitaram uma melhor compreensão de como o município de Itapetininga realiza a inclusão dos deficientes físicos no mercado de trabalho.

3.4 Limitações da pesquisa

As principais limitações da pesquisa estão relacionadas com a coleta de dados relativos às políticas públicas realizadas no município. No decorrer da pesquisa foram realizadas visitas técnicas às instituições e organizações que desenvolvem programas e projetos voltados para as pessoas com deficiência. Entretanto, como existem poucas políticas públicas voltadas para a inserção do deficiente físico na área profissional, foram analisadas as políticas públicas existentes no município de Itapetininga, o que de certa forma prejudicou uma análise mais precisa e completa sobre o tema proposto inicialmente.

Outra importante limitação se refere principalmente à dificuldade de se obter informações e dados precisos sobre a quantidade de indivíduos com deficiência no município de Itapetininga. As instituições e associações não possuem essa informação, a Secretaria de Promoção Social também não sabe relatar qual o número exato, e nem mesmo a Prefeitura Municipal possui esses dados. Desta forma, para a realização deste trabalho foi necessário recorrer ao levantamento realizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (baseado no Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010), uma vez que nenhum órgão do município possuía tais informações.

Sendo assim, as limitações que abrangem essa pesquisa se relacionam principalmente com a falta de políticas públicas voltadas para a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho e também com a falta de informações sobre a quantidade de indivíduos com deficiência, os tipos das deficiências apresentadas e as principais características dessa população.

3.5 Delimitação do Tema

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Itapetininga em São Paulo, levando-se em consideração os dados obtidos junto à Prefeitura Municipal ao longo do período de 2010 à 2013. Também foram realizadas visitas as entidades e associações que realizam programas e projetos voltados para a inclusão, habilitação e reabilitação dos deficientes físicos. Durante as entrevistas e as visitas, foram analisados os trabalhos e projetos realizados durante os últimos dois anos (2012 – 2013).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, procurou-se conhecer de forma prática, os projetos e programas desenvolvidos no município através de visitas realizadas as sedes das organizações estudadas, bem como de entrevistas com alguns de seus membros, na busca de informações e dados, para que assim fosse possível realizar o trabalho apresentado.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será feita a apresentação dos resultados obtidos a partir da realização da coleta de dados. Os dados foram coletados no município de Itapetininga, onde foram realizadas visitas nas entidades e associações, e também entrevistas com profissionais da saúde, com um representante do legislativo municipal e com indivíduos portadores de deficiência; com o objetivo de identificar e analisar as políticas públicas voltadas para a inserção dos deficientes no mercado de trabalho.

Inicialmente, é apresentado o histórico de Itapetininga, onde são destacadas as principais informações relativas ao município. Em seguida, é feita a apresentação das políticas públicas voltadas as pessoas com deficiências: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (CONDEFI), Associação para Promoção e Inclusão Social dos Portadores de Deficiência Física de Itapetininga (APRISDEFI), Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga (CEPREVI), e do Curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo para PcD (Pessoas com Deficiência). E por fim, é feita uma análise das políticas públicas do município baseada nas entrevistas realizadas, e também é apresentada as políticas públicas de inclusão adotadas em outros municípios do estado de São Paulo.

4.1 Apresentação do município de Itapetininga

Itapetininga inicialmente era conhecida como “Vila de Nossa Senhora dos Prazeres”, e foi criada no dia 5 de novembro de 1770, data que é comemorado o aniversário da cidade. A emancipação da vila de Itapetininga aconteceu em 1852 quando foi concedida a autonomia judiciária através da Lei nº 11, de 17 de julho de 1852, que criou a comarca de Itapetininga, entretanto, foi apenas em 13 de março de 1855, que a vila tornou-se cidade. Segundo dados da Fundação SEADE (2013), o município possui aproximadamente 149.027 habitantes, e é sede da Região de

Governo do Estado de São Paulo composta por treze municípios (Alambari, Angatuba, Boituva, Campina de Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Itapetininga, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí e Tatuí) totalizando uma população de aproximadamente 481 mil habitantes.



Figura 3 – Localização Geográfica de Itapetininga no estado de São Paulo.
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Itapetininga, 2013.

A cidade possui 242 anos, e está localizada no Sudoeste Paulista, a 160 km de distância da capital São Paulo. O município de Itapetininga é cercado por importantes estradas do país, sendo elas: Rodovia Presidente Castelo Branco (SP 280), que liga Itapetininga à cidade de São Paulo e ao Porto de Santos; Rodovia Raposo Tavares (SP 270), que liga Itapetininga às cidades de Sorocaba, São Paulo e ao Porto de Santos; e Rodovia Prof. Francisco da Silva Pontes (SP 127), que liga Itapetininga ao Estado do Paraná, rota do MERCOSUL. Por possuir boa localização geográfica, considerando essas estradas que interligam o município, a cidade consegue agregar uma grande vantagem competitiva no que diz respeito ao fator logístico.

Itapetininga é uma cidade que preza a Educação dos moradores do município, desde o Ensino Infantil até o Profissionalizante, pois busca capacitar o trabalhador para que consiga atender as exigências do mercado. A rede municipal de educação é composta por 73 escolas divididas entre EMEI (Educação as

Creches Escolas Municipais), EMEF (Ensino Fundamental, Ciclo I, 1º a 5º ano), EJA (Educação para Jovens e Adultos) e Ceprom (Centro Profissionalizante Municipal) as quais atendem mais de 15 mil alunos distribuídos entre ensino infantil, fundamental e profissionalizante.

Com o objetivo de suprir as necessidades do mercado regional de trabalho, a cidade oferece aos moradores do município e de toda região, cursos superiores e técnicos gratuitos, para que assim, todos possam se profissionalizar e com isso conseguir atuar de maneira eficiente no mercado de trabalho.

O sistema de saúde da cidade possui uma estrutura composta por um Hospital Regional, Pronto Socorro, Maternidade e Farmácia de Manipulação Municipal, além disso, há também 50 Unidades Básicas de Saúde, distribuídas em diversos bairros da cidade, e também diversas clínicas particulares em todos os campos da medicina. Disponibiliza também os serviços de ambulância - 192 e Corpo de Bombeiros Militar. Toda essa infra-estrutura é utilizada para garantir que os habitantes do município e de toda região possuam um atendimento qualificado e eficiente.

Devido a fatores como características de solo, condições climáticas e extensão territorial, a cidade tem sua economia fortemente voltada à agropecuária, isso faz com que a cidade ocupe as primeiras posições no ranking dos municípios de maior PIB do setor. Destacam-se nesse segmento, a produção de batata, cana-de-açúcar, soja, milho, feijão e laranja, além de atividades como fruticultura, extração de resinas, bovinocultura, silvicultura, cultivo de gramas e também a avicultura.

Itapetininga tornou-se um grande e importante centro comercial, caracterizado por possuir mais de dois mil estabelecimentos das mais diversas atividades, e um Shopping Center. Devido a isso, recebe diariamente a visita de diversas pessoas de toda a região, fazendo dessa forma, com que o comércio da cidade e conseqüentemente a economia local se desenvolva cada vez mais. Segundo dados do SEADE, em 2010, o comércio teve uma participação equivalente a 24,34 % dos vínculos empregatícios da cidade.

Dentre as empresas que compõem o setor industrial do município podemos destacar a 3M do Brasil, Duratex, Acumuladores Moura, Utilfértil, Citrovita, Nisshimbo do Brasil, Suzano (Centro de Pesquisa), Usina Vista Alegre, MGA

Moveleira, Móveis Decormant, entre outras. Segundo dados do IBGE, nos últimos quatro anos a cidade ficou seguidamente entre os primeiros colocados na produção de madeira em tora, com uma produção crescente a cada ano. No setor industrial o percentual da participação dos vínculos empregatícios da cidade é equivalente a 21,73% (SEADE).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento, a localização privilegiada, a qualificação da mão-de-obra, grande disponibilidade de recursos naturais, energia e legislação específica de incentivo para a instalação de novas unidades industriais em Itapetininga, são vistos pelas empresas como vantagens competitivas no momento da escolha pelo local de instalação de suas unidades.

4.2 Apresentação das Políticas Públicas voltadas as Pessoas com Deficiências em Itapetininga

4.2.1 A criação do CONDEFI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da cidade de Itapetininga, foi criado pela Lei Municipal nº 5.614, de 4 de setembro de 2012, com a finalidade de demandar pelos direitos e pela promoção da cidadania da população deficiente, visando assegurar o regular exercício dos direitos civis e humanos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, assessorando o Governo Municipal, com vistas a desenvolver programas e projetos que atendam suas necessidades a fim de preparar a cidade para acolher essa faixa populacional que cresce a cada ano.

O CONDEFI é formado por representantes das diversas áreas da sociedade, e detém competência para sugerir normas ou iniciativas que visem ampliar os direitos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, zelar pelo cumprimento

da legislação existente, e estimular ações que promovam a participação destes em todos os níveis de atividade.

No art. 2, da lei municipal nº 5.614/2012, é descrito o que compete ao CONDEFI:

- I – Definir as prioridades e as diretrizes sobre a Política Municipal de Atendimento e Defesa das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, através de mecanismos que garantam a participação popular, que será homologado e implementado pelo Prefeito, através de decreto;
- II – Promover e defender os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, opinando e propondo soluções às denúncias encaminhadas sobre questões relativas à violação desses direitos;
- III – Fiscalizar a qualidade de adequação da prestação de serviços na área de atendimento e apoio às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, nas instituições públicas e privadas, bem como entidades do terceiro setor, sediadas no Município de Itapetininga;
- IV – Propor a formulação de estudos e pesquisas, a fim de identificar as condições relativas aos interesses das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida quanto à educação, saúde, assistência, trabalho e outros, no Município de Itapetininga;
- V – Propor a realização de programas de conscientização e de educação para a sociedade em geral, com vistas à inclusão e a valorização da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida;
- VI – Articular com órgãos federais e estaduais, bem como com instituições privadas sem fins lucrativos, organizações sociais e organizações não governamentais, com vistas à formalização de parcerias e convênios, para a captação de recursos que possibilitem a execução de projetos e programas direcionados às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no Município de Itapetininga;
- VII – Propor a inclusão dos programas elaborados conforme a Política Municipal de Atendimento e Defesa das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária do Município;
- VIII – Convocar, ordinariamente a cada 02 (dois) anos ou, extraordinariamente, a Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida para avaliar a situação da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, e propor diretrizes para aperfeiçoamento da Política Municipal de Atendimento e Defesa das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, programas, projetos e serviços relacionados;
- IX – Contatar e articular com as empresas sediadas no Município e região que buscam novos talentos e potencial humano, visando garantir o aproveitamento da qualificação profissional e educacional, habilidades e competências das Profissionais com Deficiência e Mobilidade Reduzida;
- X – Articular-se com os demais conselhos municipais de políticas públicas;
- XI – Elaborar o seu regimento interno, dispondo sobre sua organização e funcionamento, que será homologado pelo Prefeito, através de decreto.

O Conselho é composto por 14 (quatorze) membros, dos quais 7 (sete) fazem parte do executivo municipal, e são indicados pelo poder público, através de suas secretarias ou nomeados pelo prefeito; 4 (quatro) representantes da sociedade civil que são indicados pelas entidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de

Itapetininga; 01 (um) representante da Associação Comercial de Itapetininga; e 01 (um) representante da Associação dos Engenheiros da Região de Itapetininga. O Conselho consiste, portanto, na união da sociedade civil com o poder público em prol da pessoa portadora de deficiência.

As reuniões do Conselho são realizadas ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente, por convocação do Presidente ou através deste, por solicitação de um terço do colegiado e só podem ser realizadas com a presença de no mínimo um terço dos conselheiros. O conselheiro que falta sem justificativa em três reuniões seguidas ou cinco vezes alternadas, perde seu mandato. Os assuntos em pauta são votados e aprovados pela maioria dos presentes na reunião.

O Conselho, que é formado por representantes da sociedade civil e do secretariado municipal, para mandatos de dois anos, segundo informado por membros do conselho consultados para execução desse trabalho, no início houve grande dificuldade para conseguir encontrar conselheiros, tendo em vista a abstenção da participação da sociedade. Foi verificado ainda, que apesar de ser um mecanismo de defesa de interesses da coletividade, a participação da sociedade civil nos conselhos municipais é pequena, restringindo-se, no que se refere aos seus representantes, na maioria das vezes, àquelas pessoas que já atuam em outras entidades e programas afetos.

4.2.2 Associação para Promoção e Inclusão Social dos Portadores de Deficiência Física de Itapetininga (APRISDEFI)

A Associação para Promoção e Inclusão Social dos Deficientes Físicos designada pela sigla “APRISDEFI” atualmente com sede nesta cidade de Itapetininga, na Rua Coronel Fernando Prestes, nº 188 – Centro, registrada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) sob o número 035 e inscrita pelo Conselho Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no número 58.996.232/0001-21; tem como seu representante legal o Sr. Nilton Luiz Machado e como técnica responsável a Assistente Social Sra. Bruna Lopes Candido Pereira.



Figura 4 – APRISDEFI
Fonte: Própria.

A Instituição foi fundada em 03 de dezembro de 1988 com o nome de “Bravos Guerreiros”, nesta época eram deficientes do município de Itapetininga que se uniam na luta pelos seus direitos. Apenas no ano de 2007, passou a ser chamada de APRISDEFI, intensificando assim alguns serviços de reabilitação, habilitação e inclusão social. Neste mesmo ano foi cedido em forma de comodato por um empresário local um novo prédio, e assim foi implantado o serviço de apoio médico ambulatorial.

No ano de 2011, a instituição celebrou convênios com a Prefeitura Municipal de Itapetininga, com repasses de recursos (verba mensal para compra de materiais de consumo) e também com a disponibilização de uma equipe de profissionais na área da saúde (3 fisioterapeutas, 2 terapeutas ocupacionais, 1 fonoaudióloga e 1 psicóloga para o trabalho de reabilitação ambulatorial). Ficando sob responsabilidade da instituição apenas as profissionais que realizam os projetos sociais e os funcionários do setor administrativo.

A APRISDEFI é uma associação civil de direito privado, sem finalidades econômicas, de natureza beneficente e filantrópica e de caráter de assistência social. Essa associação tem por missão e objetivos sociais a inclusão social dos

deficientes físicos, mediante a promoção de ações no campo do desenvolvimento e da assistência social, e a integração dos deficientes físicos à vida comunitária, visando sua efetiva inclusão social, e também o desenvolvimento de ações que contribuam para a obtenção do pleno exercício de seus direitos de cidadãos.

A instituição é formada por uma diretoria que é composta por: 01 presidente, 01 vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro, primeiro e segundo secretário, 01 diretor de patrimônio, 01 diretor social, 01 conselho fiscal, 01 conselho de administração e 01 conselho consultivo.

Atualmente essa associação atende 120 pacientes, portadores de deficiência física seguida ou não de problemas neurológicos. A APRISDEFI tem como objetivo oferecer ações voltadas à reabilitação e a inclusão social, e para isso conta com uma equipe multidisciplinar: 02 psicólogas, 01 psicopedagoga, 01 fonoaudióloga, 02 terapeutas ocupacionais, 03 fisioterapeutas e 01 assistente social.

Programas e projetos desenvolvidos

Os projetos da instituição são elaborados para oferecer estrutura de promoção e apoio aos deficientes e aos seus familiares através do conhecimento nos grupos socioeducativos. Neste ano de 2013, as oficinas e os projetos que estão sendo desenvolvidos são:

- **Oficinas artesanais:** Destinada aos pacientes, essas oficinas oferecem aos usuários diversas atividades artesanais. Cada grupo é organizado por grau de comprometimento, ou tipo de deficiência. As atividades ofertadas são: pintura em tecido, pintura em madeira, modelagem, e bordado.

- **Oficinas de famílias:** Destinada para pais e cuidadores. Essa oficina permite que os familiares dos pacientes atendidos dêem continuidade as atividades desenvolvidas pelo paciente em seu domicílio. Permite também que os familiares dos pacientes exercitem novas formas de aprendizado, estimulando a geração de renda e também a capacitação profissional. As atividades ofertadas são: pintura em tecido, pintura em madeira, modelagem, tricô, crochê, criação de bonecos de pano, e bordado.

- **Oficinas expressivas/ lúdicas - (danças, musicalidade, esportes, teatro, oficina de contos):** Destinada aos usuários com o objetivo de ganhar novas formas de expressão do movimento com o corpo, através de exercícios de alongamento, danças livres, que promovem a consciência corporal, melhoria motora, à diminuição da ansiedade, contato com a musicalidade e também o aumento da capacidade criativa.

-**Suporte Pedagógico:** Voltado para crianças/adolescentes com deficiência física que freqüentam o ensino regular (infantil e fundamental) com o objetivo de oferecer atenção específica as suas necessidades educacionais articulada com as diretrizes pedagógicas.

- **Grupos Socioeducativos:** Destinado as famílias e aos usuários que necessitam discutir temas atuais e pertinentes a problemática da deficiência física. Discutir conceitos de inclusão, identificar e analisar elementos significativos nas relações mantidas por pessoas com deficiência física em ambientes exclusivos e inclusivos, além de situações do cotidiano. O serviço social e a psicologia desenvolvem ações no âmbito do eixo social assistencial, que venham ao encontro dos interesses dos usuários, e tendo como eixo norteador o apoio à família, a inclusão escolar e ao mercado de trabalho, e também o direito aos serviços de saúde.

- **Conhecendo a rotina - “Visitas Domiciliares”:** Atendimento domiciliar do serviço social da APRISDEFI articulado com outros serviços e recursos do município entre eles: CRAS, CREAS, UBS, e também escolas estaduais e municipais, etc.

4.2.3 Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga (CEPREVI)

O CEPREVI foi fundado em 02 de abril de 2003, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede nesta cidade de Itapetininga, na Rua Sulpizio Colombo, nº 30 – Jardim Colombo, e inscrita no CNPJ de número 05.697.406/0001-99. Essa organização tem por missão e objetivos sociais a inclusão dos deficientes visuais e indivíduos com baixa visão, mediante a promoção de ações no campo do desenvolvimento e da assistência social, e também a integração dos deficientes visuais à vida comunitária, visando sua efetiva inclusão social, mediante

o desenvolvimento de ações que contribuam para a obtenção do pleno exercício de seus direitos de cidadãos.



Figura 5 – CEPREVI
Fonte: Própria.

Atualmente a instituição realiza diversos trabalhos com o objetivo de desenvolver competências e habilidades que promovam o desenvolvimento da autonomia da pessoa com baixa visão ou totalmente cega, possibilitando desta forma, a reinserção desses indivíduos na sociedade de forma ativa e participativa. Os principais trabalhos realizados pela instituição são: avaliação funcional, alfabetização no sistema Braille, intervenção precoce, soroban, atividade de vida diária e atividade de vida prática, orientação e mobilidade, orientação e apoio especializado, educação física adaptada, e o grupo de apoio psicológico aos deficientes bem como aos seus familiares.

O Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga atende aproximadamente 90 pacientes em seus programas e oficinas, beneficiando também outros seis municípios vizinhos (Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Alambari, Guareí, Paranapanema e Tatuí). É importante ressaltar que a instituição possui um

acervo bibliográfico com mais de 30 obras infantis para crianças com baixa visão, e aproximadamente 300 livros de literatura destinados as pessoas cegas.

Programas e projetos desenvolvidos (inclusão profissional)

- **Informática adaptada:** Nesse curso os alunos são apresentados aos conhecimentos básicos em informática, através de *softwares* como JAWS e DOS-VOX, sistemas operacionais voltados para pessoas com deficiência visual. Atualmente a instituição apresenta apenas um computador com o sistema mencionado, e 08 indivíduos realizam o curso de iniciação a informática.

- **Oficina para a qualificação profissional:** Realizada pela Terapeuta Ocupacional da instituição Dra. Patrícia Mendes, a oficina consiste na avaliação, trabalho de temas básicos sobre questões emocionais, legislativas e comportamentais, e também visitas as empresas do município.

4.2.4 Curso de Aprendizagem Industrial em parceria com a Prefeitura Municipal e o SENAI

O Curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo para PcD (Pessoas com Deficiência), é realizado pelo Centro Profissionalizante Municipal (CEPROM), em parceria com o SENAI – Sorocaba. Esse programa teve início em 2012, por solicitação das empresas locais que buscavam atender a legislação, em especial a Lei 8.213/91.

Esse programa atende atualmente 16 alunos no período vespertino, e no período da manhã alguns cursam o ensino fundamental e médio nas escolas do município. O curso tem duração de 800 horas, 4 horas/dia, sendo realizado de segunda à sexta-feira, na unidade do CEPROM, localizada na Rua Agenor Vieira de Moraes, 135, Vila Arlindo Luz.



Figura 6 – CEPROM
Fonte: Própria.

A prefeitura municipal oferece através do CEPROM, o espaço físico, a contratação de docentes e a reprodução de material didático, e o SENAI é responsável pela coordenação e administração pedagógica do curso. O curso tem por objetivo proporcionar aos alunos formação inicial visando à qualificação profissional para atuarem no apoio aos setores administrativos, contábeis, financeiros e de recursos humanos nas empresas locais.

Os alunos são contratados na condição de aprendizes por uma empresa local enquanto frequentam o curso, e depois que o concluem, são encaminhados para o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), e alguns currículos são selecionados e encaminhados para os recursos humanos das organizações de Itapetininga. Entre os alunos que já concluíram esse curso, a maioria já está empregada no setor da indústria e no comércio varejista, e alguns deles estão atuando no Hospital Regional de Itapetininga.

As disciplinas que são ministradas no decorrer do curso são:

- Comunicação – 80h
- Informática Básica – 80h
- Organização de Escritório – 80h

- Fundamentos de Contabilidade e Custos – 80h
- Princípios de Administração de Recursos Humanos – 80h
- Introdução ao Sistema Financeiro – 60h
- Fundamentos Básicos de Logística – 60 h
- Práticas Administrativas – 280h

A instrutora do curso relatou que algumas adaptações tiveram que ser realizadas na sala de aula para que fossem atendidos todos os alunos. As carteiras tiveram que ser adaptadas aos cadeirantes, o material didático passou por algumas alterações, e foi solicitado ao SENAI a disponibilização do material em áudio para uma das alunas do curso. Atualmente na turma existem 03 cadeirantes, 01 deficiente visual, 02 alunos com deficiência intelectual, e o restante apresenta deficiência motora de algum membro ou a falta do mesmo. Até o momento duas turmas já concluíram o curso, e os alunos que ingressaram este ano de 2013, receberão o certificado de conclusão no mês de dezembro.

4.3 As políticas públicas no município de Itapetininga na opinião dos profissionais da saúde, das entidades e associações e dos deficientes físicos

O município de Itapetininga, como mostrado no capítulo anterior, possui um grande número de indivíduos com deficiência física, o que reforça a importância da criação de políticas públicas que incentivem a inserção desses indivíduos na sociedade. Entretanto, no decorrer da pesquisa foi verificado que o município apresenta poucas políticas públicas voltadas para esses indivíduos.

Muitos dos entrevistados relataram que a maioria das ações voltadas para a inclusão do deficiente físico em Itapetininga se refere principalmente à disponibilização de atendimentos médicos. Entre as instituições e associações pesquisadas no município, apenas algumas desenvolvem oficinas e programas voltadas para a inserção do deficiente físico no mercado de trabalho. As principais atividades desenvolvidas se relacionam com os serviços médico ambulatoriais, como o acompanhamento com fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogas,

psicopedagogas e fonoaudiólogas. Esses acompanhamentos feitos pelas profissionais da área da saúde auxiliam na melhora, na reabilitação e também na preparação do deficiente físico para o mercado de trabalho e para a integração social.

Entre as profissionais de saúde entrevistadas, a fonoaudióloga da APRISDEFI relatou que inúmeras são as vantagens dos serviços médico ambulatoriais de reabilitação para o deficiente físico, pois a pessoa com deficiência física muitas vezes apresenta, além da dificuldade motora, déficit em sua comunicação. O acompanhamento fonoaudiológico com o deficiente físico, por exemplo, visa melhorar sua comunicação verbal e/ou indicar estratégias facilitadoras para o treinamento e melhora deste. O serviço ambulatorial também promove o acesso a medicamentos, órteses, próteses e métodos de tratamento multidisciplinar necessários à recuperação e reabilitação da pessoa com deficiência.

De acordo com a fisioterapeuta de uma clínica privada de reabilitação física aqui do município, o tratamento fisioterapêutico é de extrema importância para a integração e reintegração social do paciente. A adaptação dos pacientes as próteses ou órteses (mediante as sessões de fisioterapia) permitem que eles desenvolvam uma maior autonomia pessoal, o que conseqüentemente possibilita a eles uma maior interação social, e assim por meio das ações terapêuticas, diversas funções são melhoradas, como: coordenação motora, o equilíbrio, a força, entre outras.

É importante ressaltar, que no município de Itapetininga existem poucas entidades e associações que desenvolvem esse serviço, e também que são poucas as vagas disponibilizadas pela Secretaria de Saúde para o tratamento desses indivíduos. Entre os portadores de deficiência entrevistados alguns declaram que a lista de espera de algumas entidades e associações demora de três a seis meses para ofertar uma vaga. A aluna do CEPROM, 28 anos, deficiente visual, disse que assim que se mudou para Itapetininga procurou por atendimento no CEPREVI e que devido ao grande número de pacientes atendidos teve que aguardar por aproximadamente 1 ano para ser atendida.

A terapeuta ocupacional do CEPREVI relata que a situação hoje é diferente, e que mesmo com uma lista de espera grande a instituição busca atender todos os pacientes. Ela ainda informou que as dependências da entidade estão passando por reforma e que o quadro de profissionais aumentou.

A APRISDEFI também apresenta um grande número de pacientes que estão aguardando uma vaga para ser atendidos pela instituição. A representante da associação entrevistada relatou que atualmente devido as mudanças no sistema de saúde do município, a maioria dos pacientes atendidos pelo SUS são encaminhados para a instituição, e que devido ao fechamento temporário do setor de fisioterapia do município, a demora no atendimento médico dos pacientes tem sido bastante grande.

Com esses exemplos, é possível perceber que o número de serviços ofertados para a população, não está condizendo com o que realmente seria necessário. Existindo desta forma, a necessidade do aumento do número de vagas para o tratamento clínico da população com deficiência, uma vez que tal serviço é de extrema relevância para a melhora da qualidade de vida desses cidadãos.

O que também não é disponibilizado pela gestão municipal em números satisfatórios são programas e projetos voltados para a inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. Atualmente, apenas um programa realmente busca suprir a necessidade de qualificação profissional desses indivíduos, e devido ao número escasso de vagas muitos deficientes não conseguem estar iniciando essa profissionalização.

Na opinião da profissional da APRISDEFI, o município teve diversos avanços em relação a esta questão, e as pessoas com deficiência estão recebendo “mais atenção” dos governantes. Entretanto, ainda faltam políticas públicas de capacitação para os deficientes do município. Ela acredita que as principais dificuldades encontradas nesse processo inclusivo estão diretamente relacionadas com a falta de qualificação profissional apresentada por esses indivíduos.

De acordo com o coordenador do Curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo para PcD, Luis Moretti, a inclusão do deficiente no mercado de trabalho embora tenha se desenvolvido nos últimos anos, ainda é pouco divulgada e aceita. Em sua opinião, as maiores dificuldades são o desconhecimento dos próprios deficientes quanto aos seus direitos, e também devido ao grande preconceito da sociedade em geral. Outro fator destacado por ele se relaciona ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), muitos alunos se matriculam no curso oferecido pelo CEPROM, e no momento que tomam ciência que vão ter a carteira de trabalho registrada, preferem não iniciar o curso, e continuam a receber o benefício.

O representante do legislativo municipal relatou que essa situação é muito comum, e que muitos deficientes preferem optar por receber o BPC, ao invés de ingressar ou retornar para o mercado de trabalho. Ele ainda declara que a maioria dos deficientes que recebem o benefício tem medo de trocar o “certo” pelo “incerto”, e assim acabam preferindo receber essa verba de auxílio, o que de certa forma acaba incentivando a ociosidade, uma vez que ainda não existe um controle efetivo no que se refere a real capacidade laboral dos deficientes, e muitos desses indivíduos mesmo podendo voltar ao mercado de trabalho optam por não fazê-lo.

Já na opinião da aluna do CEPROM, que possui deficiência visual, o BCP trouxe para a sua vida a oportunidade de aumentar a renda familiar, e assim permitir que ela e seus familiares vivessem com mais dignidade.

“Acredito que o benefício que nós recebemos, é muito justo, já que não temos as mesmas possibilidades que as outras pessoas. Eu utilizei o benefício até pouco tempo atrás, mas depois de uma conversa com a minha família optei por começar a trabalhar. Hoje vejo que o benefício me ajudou, mas penso que também é muito importante que quem possui alguma deficiência e que tenha possibilidade de começar a trabalhar que o faça. Essa independência que o trabalho nos oferece é ótima, e se Deus quiser eu vou continuar a trabalhar por um longo tempo”.

(Aluna do CEPROM, 28 anos, deficiente visual, ex-beneficiária do BCP)

O aluno do curso do CEPROM, 21 anos, cadeirante, ex-beneficiário do BCP, tem a opinião que o poder público deveria oferecer acesso aos direitos básicos como: educação e saúde de qualidade, qualificação profissional, transporte público adaptado as necessidades de todos os cidadãos. E que apenas oferecer um “salário mínimo” a pessoa portadora de deficiência, não é o suficiente, e ao invés de incluir realmente, apenas serve como um pequeno auxílio e não permite ao deficiente a verdadeira inclusão na sociedade.

Entre os outros indivíduos com deficiência entrevistados, 01 jovem ainda continua recebendo o benefício e ainda não sabe se irá começar a trabalhar. O que foi possível perceber é que muitos temem a falta de estabilidade no emprego, e destacam a incerteza na função como o principal empecilho para a decisão de trabalhar ou não.

Durante a pesquisa muitos dos entrevistados destacaram que o benefício seria mais eficiente, se ele estivesse articulado com outras políticas públicas, outros mecanismos que pudessem oferecer uma real inclusão pessoal, social e profissional as pessoas com deficiência. Muitas vezes o benefício é visto como um elemento

dificultador na inclusão do deficiente no mercado de trabalho, devido ao fato de o vínculo empregatício impossibilitar o acesso ao benefício. De acordo com a terapeuta ocupacional do CEPREVI, para muitas famílias o benefício é a principal fonte de renda familiar, e que se por caso a tentativa de ingressar no mercado de trabalho do familiar der errada, eles perderão o benefício, o que acaba sendo um fator decisivo e que impede o deficiente de desenvolver uma atividade profissional, devido ao medo de perder o benefício.

O representante do legislativo municipal relatou que esse medo em relação a perda do benefício, ocorre principalmente devido ao desconhecimento do deficiente em relação aos seus direitos. Segundo o vereador muitos indivíduos que são beneficiários do BPC desconhecem as alterações realizadas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/1993 alterada pelas Leis nº 12.435 de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011), que permite que a pessoa com deficiência suspenda o BPC em caráter especial. Essa alteração na legislação possibilita a esses cidadãos o direito de solicitar a “suspensão em caráter especial” do benefício, e assim iniciar uma atividade remunerada. O entrevistado ainda ressaltou que “caso o deficiente perca o emprego ou não se adapte as novas funções, ele poderá solicitar a reativação do benefício comprovando que não está mais trabalhando”.

O que se percebe em relação a essa questão é que ao mesmo tempo em que o benefício auxilia no amparo social da pessoa com deficiência devido a essa transferência de renda garantida, ele de certa forma também se torna um impeditivo para a realização profissional do portador de deficiência. Muitos acabam optando por receber o benefício ao invés de trabalhar, devido a diversos fatores como: o preconceito, a falta de transporte adequado, a baixa remuneração salarial; o que acaba prejudicando diretamente toda a cadeia desse processo inclusivo.

Já no que diz respeito a quantidade de políticas públicas ofertadas no município, a conselheira do CONDEFI, relatou que o Conselho tem trabalhado de forma incessante na busca de ampliar os direitos das pessoas com deficiência, e que devido ao fato do pouco tempo de atuação do CONDEFI, ainda existem diversos fatores que precisam ser analisados e estudados. A conselheira ainda declarou que o Conselho busca estimular a participação dos deficientes em suas atividades e reuniões, e que infelizmente o interesse dos portadores de deficiência

em participar do órgão ainda é muito pequeno. Sendo assim, é de grande importância que o Conselho tenha em mira sua finalidade, sua razão de existir, para que não se perca em atuações que não correspondem a sua atividade essencial, o que acaba por acontecer em grande parte por conta da ainda ausente cultura participativa do cidadão, que não compreende a atuação política como de responsabilidade geral.

Ainda em relação a essa questão, o representante do legislativo municipal declarou que existem projetos e programas que estão sendo estudados pelas entidades e associações, e que o poder legislativo local muito tem contribuído para mudar a situação insuficiente de atendimentos médico ambulatoriais, e também na quantidade e na qualidade dos programas oferecidos em Itapetininga. O vereador citou como exemplo o requerimento nº 07/2013 (ver Anexo I) apresentado na sessão ordinária do dia 07/02/2013 onde são solicitadas informações referentes ao tema de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ao Ministro do Trabalho e Emprego, à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, e a Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Sorocaba. Ele ainda informou que a Câmara Municipal de Itapetininga realiza um intenso trabalho de fiscalização aos órgãos da Administração Municipal, com o objetivo de garantir que os direitos da pessoa com deficiência sejam plenamente cumpridos.

Os alunos do curso do CEPROM quando questionados a respeito da qualidade das políticas públicas oferecidas pelo município relataram que existem poucas políticas sociais eficientes em Itapetininga. Eles ainda comentaram que até pouco tempo o setor público não realizava nenhuma ação voltada a este público. Muitos acreditam que devido ao tema estar ganhando cada vez mais espaço nas discussões da sociedade, que futuramente as condições vão melhorar. De acordo com a opinião do aluno do CEPROM, 18 anos, o poder público precisa agir rapidamente em relação a essa questão, pois na cidade existem muitos portadores de deficiência, e todos tem o direito de ter acesso a uma vaga no mercado de trabalho, para que assim possam ter uma vida normal como outra pessoa qualquer.

Quando perguntados sobre a quantidade de vagas oferecidas no mercado de trabalho em Itapetininga, os indivíduos portadores de deficiência que não estão empregados relataram que encontram grande dificuldade em encontrar uma vaga para trabalhar. Alguns declararam que existem atualmente muitas vagas sendo

ofertadas para os deficientes no município, entretanto, o problema não se relaciona com a quantidade de vagas e sim com o processo seletivo realizado pelas empresas. Muitas organizações no momento da contratação preferem dar a oportunidade para um indivíduo que possui uma deficiência considerada “mais leve”, ao invés de contratar um deficiente com uma deficiência com um maior grau de comprometimento. Além disso, outros fatores que impedem esse processo estão relacionados com o preconceito e também com a falta de adaptação do espaço físico por parte da maioria das organizações do município.

De acordo com o representante do legislativo municipal, as organizações que estão instaladas no município passam freqüentemente por fiscalizações e são orientadas a receber de acordo com as suas atividades fins, todos os tipos de portadores de deficiência ou de mobilidade reduzida. Atualmente, o vereador entrevistado está atuando fortemente na fiscalização das empresas que não estão cumprindo a Lei 8.213/91, e ele ainda informou que algumas empresas do município já foram até multadas.

Outro problema a ser sanado pela gestão municipal se refere ao baixo grau de escolarização desses indivíduos. Durante o decorrer da pesquisa os entrevistados declaram que encontram diversas dificuldades no processo educacional. Os principais fatores apontados foram: as dificuldades de aprendizado, a falta de adaptação nas escolas, a falta de dinheiro para prosseguimento dos estudos, a falta de transporte adequado, e também a falta de cursos profissionalizantes no município.

O deficiente físico, de 32 anos, que atua como auxiliar administrativo em uma empresa multinacional acredita que entre os fatores relatados acima, o que mais dificulta o processo de inclusão das pessoas com deficiência é o baixo nível educacional. O entrevistado declarou que quando participou da primeira entrevista profissional e que acabou não sendo contratado, percebeu que para ocupar uma vaga destinada aos portadores de deficiência, não bastava apenas ser deficiente, era necessário possuir algum diferencial frente a seus concorrentes. A partir daí, ele passou a frequentar cursos profissionalizantes, cursou informática, se matriculou no curso Técnico em Administração, e aproximadamente há 6 anos atrás foi selecionado num processo seletivo com mais de 30 indivíduos deficientes para atuar no setor financeiro de uma empresa multinacional do município.

A terapeuta ocupacional do CEPREVI relatou que dependendo da deficiência apresentada pelo indivíduo muitas adaptações precisam ser realizadas nas instituições de ensino. Ela acredita que uma das deficiências que apresenta maior dificuldade para ser inserida na área educacional e profissional é a deficiência visual, e ainda citou como exemplo os pacientes atendidos pelo CEPREVI, visto que muitos abandonam o ensino escolar devido a grande dificuldade em se adaptar ao meio.

Ainda em relação a esta questão, a Conselheira do CONDEFI informou que as escolas que estão sendo construídas no município são totalmente adaptadas e que os prédios mais antigos também estão passando por reformas para que estejam de acordo com os padrões de acessibilidade estipulados por lei. Entretanto, na opinião da entrevistada, o município ainda tem muito a avançar na área educacional. Ela informa que o principal ainda não está sendo feito, e que é necessário que a Secretaria da Educação treine e capacite os profissionais das unidades escolares para atender as crianças e jovens com deficiência, e que não basta apenas fazer “um prédio bonito”, o mais importante é ter pessoal capacitado para atender essa população.

A aluna do CEPROM que possui deficiência visual relatou durante a entrevista que quando estava cursando o ensino fundamental e o ensino médio, sentia muita dificuldade nas atividades realizadas na escola, e que devido a grande quantidade de alunos os professores não tinham como dar mais atenção a ela. E por mais que fossem disponibilizados materiais ampliados e livros em braille, ainda assim, ela muitas vezes não conseguia compreender algumas disciplinas (principalmente na área de exatas) e acabava por não participar plenamente das atividades desenvolvidas por sua turma.

Analisando os relatos dos entrevistados em relação a questão educacional, vemos que a maioria dos deficientes acabam não dando continuidade aos estudos, o que acaba sendo um dos principais entraves para a inserção dessa população no mercado profissional.

Por fim, é possível perceber tomando como base as entrevistas e as opiniões dos entrevistados que as políticas públicas voltadas para os deficientes no município ainda possuem diversos desafios a serem solucionados, e muitas precisam ser tiradas do papel e realmente passar a funcionar. Diante desta

realidade, e visando tornar o município preparado e adequado para a vivência da população deficiente é necessário que o executivo municipal atue de maneira mais eficiente na defesa dos direitos, na promoção da cidadania e na implantação de um número maior de políticas públicas voltadas a essa parcela da população.

4.4 Propostas de políticas públicas voltadas aos deficientes

Em geral as entrevistas apontaram para fragilidade das políticas públicas adotadas no município de Itapetininga, e sendo assim, foram identificadas algumas propostas que podem auxiliar nesse processo inclusivo.

A primeira proposta se refere ao aumento do número de vagas e da quantidade de cursos voltados para a qualificação profissional. Como mostrado no capítulo anterior, apenas uma entidade realiza um trabalho voltado diretamente ao tema, e as demais entidades ainda não desenvolveram um trabalho específico voltado para a capacitação para o mercado de trabalho. E desta forma, para que o indivíduo portador de deficiência realmente seja inserido no mercado é fundamental que o município ofereça qualificação profissional e formação acadêmica a esses cidadãos em quantidade satisfatória. É necessário a disponibilização de um maior número de cursos profissionalizantes, e também o oferecimento de uma quantidade maior de vagas a esses indivíduos.

O que também poderia ser realizado pela gestão municipal são parcerias com empresas e instituições de ensino do município, visando divulgar o tema e também estimular as organizações localizadas em Itapetininga, a participar de forma direta nesse processo de inclusão social e profissional. Por meio desta parceria, poderiam ser criados programas e projetos que possibilitariam aos indivíduos com deficiência um maior apoio e o aumento de chances de inserção no mercado profissional.

Outro fator que também possui importância nesse processo de inclusão se relaciona com a melhora da acessibilidade do município na arquitetura e urbanismo, e principalmente no transporte público. Atualmente, Itapetininga apresenta um baixo nível de acessibilidade, e as pessoas com deficiência não conseguem se locomover

de maneira digna. No ano de 2013, algumas calçadas foram adaptadas com rampas, 02 ônibus foram acrescentados a frota de veículos de transporte público, alguns prédios públicos passaram por reforma e adaptações, entretanto, apenas essas medidas não são suficientes. É necessário que as soleiras dos edifícios não apenas os públicos, mas também os privados sejam trocados por rampas; as escadas e rampas ganhem corrimãos; que sejam criadas rotas acessíveis com pisos táteis e sinalização em alto relevo (em braile) aos deficientes visuais; a instalação de elevadores em prédios públicos (principalmente); a construção de sanitários adaptados para o uso de pessoas em cadeira de rodas. Enfim, é de extrema importância que as medidas de acessibilidade sejam ampliadas em todas as áreas: no transporte, na arquitetura e no urbanismo.

E como última proposta, sugere-se que seja realizado um estudo estatístico referente à população com deficiência, uma vez que as principais limitações desta pesquisa estão diretamente relacionadas com a falta de dados e informações sobre a quantidade de indivíduos com deficiência, os tipos das deficiências apresentadas, e as principais características desses indivíduos. Informações que são extremamente relevantes e que poderiam auxiliar para que a gestão municipal pudesse oferecer políticas públicas mais eficientes e efetivas a essa parcela da população.

4.5 Políticas Públicas de Inclusão adotadas em outros municípios

As políticas públicas voltadas ao tema ainda são incipientes em Itapetininga, e até o momento não foram municipalmente debatidas. Sendo assim, além de sugerir propostas para a melhoria das condições de inclusão, é importante também conhecermos exemplos que estão sendo realizados e adotados por outros municípios paulistas.

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no ano de 2009, com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de políticas públicas desenvolveu com o apoio da Fundação Prefeito Faria Lima / Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - (CEPAM) o Observatório dos Direitos da

Pessoa com Deficiência, com o intuito de registrar ações, programas e projetos, e também disseminar iniciativas inclusivas que os municípios estavam desenvolvendo.

Em 2010, foi realizada a primeira edição do Prêmio Governo do Estado de São Paulo – Ações Inclusivas para as Pessoas com Deficiência, que buscava reconhecer e destacar as práticas bem-sucedidas e inovadoras que as organizações governamentais ou privadas sem fins lucrativos estavam implementando. Durante os anos de 2010 a 2013, diversas ações, programas e projetos foram premiados e viraram exemplos a serem seguidos e amplamente difundidos. As ações que foram premiadas e que merecem destaque no processo de inclusão e reabilitação pessoal e profissional dos deficientes físicos são:

- Programa de Apoio à pessoa com deficiência (PADEF)

Categoria: Governamental

Município de atuação: São Paulo/SP

Organização/Gestor: Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT)

Público atendido: Pessoas com Deficiência a partir dos 16 anos de idade e empresas de todos os segmentos

Criado em 1995, pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), esse programa tem como objetivo dar apoio as pessoas com deficiência e aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho por meio de parcerias com empresas e Instituições de Ensino. A inscrição dos candidatos pode ser feita no sistema online de intermediação de mão de obra do governo estadual, Emprega São Paulo, no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), ou até mesmo na sede do PADEF. O programa oferece para os cidadãos com deficiência: cadastro no sistema online de intermediação de mão de obra, avaliação e orientação psicoprofissional, encaminhamento para cursos de qualificação e para vagas de emprego, e demais orientações que visem ampliar e garantir a inclusão no mercado

de trabalho. Já para as empresas são oferecidas: palestras para gestores e colaboradores sobre a pré-seleção dos candidatos, contratação e integração do indivíduo com deficiência, e orientações sobre a elaboração do plano de trabalho (de acordo com o especificado na Lei 8.213/91). Com essas ações, o projeto visa aumentar as chances dos indivíduos com deficiência na geração de renda e também na busca de oportunidades de trabalho.

- Programa de Preparação e Treinamento de Pessoas com Deficiência Intelectual para Inclusão em Atividades Laborativas, Mercado Competitivo de Trabalho e Cidadania

Categoria: Governamental

Município de atuação: Limeira/SP

Organização/Gestor: Associação de Reabilitação Infantil Limeirense

Público atendido: Pessoas com Deficiência intelectual a partir dos 16 anos de idade

A Associação Infantil de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL) foi criada em março de 1963, com o objetivo de promover a qualidade de vida das pessoas com deficiência, desenvolvendo suas potencialidades para a habilitação/reabilitação. Já o referido programa teve sua origem em 1978, quando um grupo de 40 adolescentes que haviam passado pelo atendimento de reabilitação e escolaridade especial da ARIL, necessitavam de um programa de preparação e de treinamento para o mercado de trabalho. A partir dessa necessidade surgiu o Centro de Habilitação e Treinamento Profissional (CHTP), com o intuito de preparar e treinar pessoas com deficiência intelectual para inserção no mercado de trabalho. Atualmente, o programa atende 110 adolescentes e adultos com deficiência intelectual, tendo como foco principal a preparação das várias habilidades, e o treinamento de hábitos e atitudes sociais e de trabalho, cursos profissionalizantes em diversas áreas (administrativa e operacional). Nos últimos 5 anos mais de 130 pessoas foram

encaminhadas para o mercado de trabalho, e muitos desses indivíduos ainda freqüentam as atividades de aprimoramento e de reciclagem profissional da instituição. A ARIL desenvolve desta forma, um trabalho que busca a inclusão e a permanência das pessoas com deficiência intelectual no mercado de profissional, preparando-os para a vida, com a máxima autonomia e independência.

- Tecnologia Assistiva como meio de Inclusão Social

Categoria: Governamental

Município de atuação: Barueri/SP

Organização/Gestor: Prefeitura Municipal de Barueri

Público atendido: Pessoas com deficiência, munícipes de Barueri que necessitem do uso de recurso de tecnologia assistiva.

Essa ação é realizada pelo Departamento Técnico de Tecnologia Assistiva da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Barueri (SDPD), engloba ações de avaliação, articulação, encaminhamentos, indicação de equipamento, orientações em ambiente domiciliar, escolar e de trabalho, baseado na análise da funcionalidade para o indivíduo com deficiência. O objetivo desse projeto é proporcionar independência, autonomia, qualidade de vida e inclusão social à essa população. No ambiente escolar, são abordados aspectos sobre acessibilidade arquitetônica, mobiliário escolar, do material, entre outros. Já no espaço domiciliar, são realizadas prescrições de órteses e próteses, verificações e orientações na questão de acessibilidade arquitetônica e do mobiliário doméstico, com o objetivo de favorecer a autonomia e a independência nas atividades diárias dos deficientes. E no ambiente de trabalho, é verificada a acessibilidade arquitetônica e a ergonomia do mobiliário, a indicação de equipamentos que favoreçam a atividade laboral, com o intuito de permitir a pessoa com deficiência o pleno desenvolvimento de suas atividades na área profissional. Essas ações são realizadas de maneira transversal, ou seja, os órgãos municipais, em parceria com entidades privadas e não

governamentais, realizam encaminhamentos e ações nas áreas: da saúde, da educação, do esporte, da cultura, e demais ações sociais.

- Programa Municipal de Empregabilidade da pessoa com deficiência

Categoria: Governamental

Município de atuação: Catanduva/SP

Organização/Gestor: Coordenadoria Municipal de Inclusão Social – Prefeitura de Catanduva.

Público atendido: Pessoas com deficiência do município de Catanduva.

O programa municipal de empregabilidade surgiu a partir do projeto “Incorporando Diferenças”, que foi criado em fevereiro de 2007 pela Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do município de Catanduva. Esse projeto desenvolvia atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência, e em virtude da elevada procura de participantes, e também da necessidade das empresas locais em contratar funcionários com deficiência, o projeto inicial teve que ser aumentado e passou também a realizar ações não apenas na área de lazer, mas também na área de inclusão profissional. A partir daí, muitas empresas passaram a solicitar ao projeto a indicação de pessoas com deficiência para o preenchimento de vagas. Tendo em vista tal fato, foi verificada a necessidade de criação de uma ferramenta que permitisse às empresas encontrar mais facilmente candidatos com deficiência física. Em virtude da elevada procura por candidatos, foi criado o Programa Municipal de Empregabilidade, dividido em três eixos: cadastro de currículos, banco de currículos e capacitação profissional. Essa ferramenta está contribuindo para o cumprimento da Lei de Cotas, e consecutivamente para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência, uma vez que aproxima os candidatos com deficiência das vagas de trabalho e também das organizações locais.

- Oportunidades de A a Z – Renascer

Categoria: Não-governamental

Município de atuação: São José do Rio Preto/SP

Organização/Gestor: Associação Renascer.

Público atendido: Pessoas com deficiência intelectual de ambos os sexos na faixa etária de 15 a 35 anos em São José do Rio Preto e região.

O Projeto “Oportunidades de A a Z” é desenvolvido pela Associação Renascer, uma entidade beneficente sem fins lucrativos, que têm como missão promover o desenvolvimento e a sensibilização da sociedade para a inclusão dos deficientes e também propõe a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A associação oferece as seguintes linhas de atuação: reabilitação pedagógica, reabilitação clínica, oficinas ocupacionais, oficinas terapêuticas, e capacitação profissional (oficinas: de padaria, confeitaria, serigrafia, secretariado, informática, artes, informática, e também o programa Jovem Aprendiz “Trampolim” em parceria com o SENAC). Atualmente, a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto realiza parcerias com outros municípios, com instituições de ensino, e também com empresas privadas com o objetivo de conscientizar essas organizações e realmente realizar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo proposto neste trabalho foi o de analisar as políticas públicas voltadas para a inserção do deficiente físico no mercado de trabalho no município de Itapetininga. Para que fosse possível chegar a tais resultados, foi necessário realizar inicialmente um levantamento dos principais aspectos teóricos sobre políticas públicas, inclusão social, assim como a definição de deficiência, bem como a apresentação da deficiência no Brasil e no município em números e porcentagens, conforme tratado no capítulo referencial teórico.

Visando atingir os objetivos estabelecidos, o estudo foi realizado através de uma pesquisa exploratória descritiva, e a coleta de dados foi realizada de duas maneiras, por meio de entrevistas e visitas técnicas. Foram entrevistados dez indivíduos: um representante do legislativo municipal, uma representante do CONDEFI, uma representante da APRISDEFI, uma representante do CEPREVI, uma fisioterapeuta, três alunos portadores de deficiências do CEPROM e dois indivíduos com deficiência (que estão trabalhando atualmente). Nessas entrevistas buscamos analisar as principais opiniões dos entrevistados em relação as políticas públicas que são implementadas no município. Os dados obtidos junto aos entrevistados, bem como a coleta de informações realizada durante as visitas as associações e entidades, permitiram analisar de maneira mais precisa como estão as políticas públicas adotadas em Itapetininga.

Durante o decorrer da pesquisa foi verificado que o município de Itapetininga apresenta poucas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. E também se constatou que atualmente são poucos os trabalhos que são desenvolvidos em relação ao contexto profissional desses indivíduos.

Cabe ressaltar, que a maioria das políticas públicas adotadas no município são relativamente novas, e que muitas ainda estão em suas fases iniciais. Por exemplo, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (CONDEFI) foi criado apenas em 2012, o curso oferecido pelo CEPROM para alunos portadores de deficiências teve início também em 2012, as instituições e associações estão iniciando projetos e programas voltados ao tema.

Visando a melhor compreensão em relação aos resultados observados, foi elaborado um quadro-síntese com os principais resultados obtidos com este estudo, nele foram relacionados as principais opiniões e considerações dos entrevistados em relação ao tema sobre políticas públicas para a pessoa com deficiência.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO	CONDEFI	APRISDEFI	CEPREVI	PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
Avaliação das políticas públicas, projetos, programas voltados para a inserção do deficiente	Existem alguns programas realizados por instituições do município, um exemplo, é o curso oferecido no CEPROM.	Atualmente existem poucas políticas públicas voltadas aos deficientes. E apenas uma é voltada para o tema.	Oficinas Artesanais, Suporte Pedagógico, Grupos Socioeducativos.	Oficina para qualificação profissional e informática adaptada.	O curso do CEPROM, cursos de informática oferecidos pelo Fundo Social.
Qual (s) área (s) da deficiência apresenta maior dificuldade para ser inserida no mercado de trabalho	Todas apresentam grandes dificuldades, mas a intelectual talvez seja a mais difícil.	Deficiência Visual.	A deficiência com maior grau de comprometimento motor associado à outra deficiência.	Deficiência múltipla, seguida pela deficiência visual, devido a necessidade de adaptações em diversas esferas.	* Deficiência Intelectual * Deficiência Visual * Deficiência Auditiva
Avaliação dos serviços de reabilitação	A qualidade dos serviços oferecidos é precária. E assim, muitas pessoas acabam não sendo atendidas.	São oferecidos poucos serviços, e a cidade conta com poucas instituições voltadas a esse público.	Insuficientes comparados a demanda que possuímos.	São disponibilizadas poucas vagas no sistema público de saúde.	Regular, existe muita demora no atendimento.
As maiores dificuldades encontradas no processo inclusivo	A falta de critério por parte das organizações no momento da contratação.	Falta de incentivo familiar, o baixo nível de profissionalização e o preconceito.	O baixo nível de escolaridade, somado a falta de capacitação técnica.	A maior dificuldade se refere ao desconhecimento das potencialidades que as pessoas com deficiência contam, sendo estas na maioria das vezes vista como “super-heróis” ou “coitados”.	Preconceito e a superproteção familiar.
Avanços na inclusão da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho	Devido a legislação 8.213/91, diversos avanços foram alcançados, e assim o número de deficientes registrados e trabalhando aumentou muito.	Diversas políticas sociais foram criadas, os principais avanços se referem ao acesso aos seus direitos. Entretanto, muitas políticas ainda não saíram do papel.	A lei de cotas ajudou a avançar essa inclusão, pois foi um ponto pé inicial. A mudança na visão das pessoas também foi outro fator importante.	A inclusão vem ocorrendo de maneira gradativa, diversos programas e projetos estão sendo criados com o objetivo de integrar esses cidadãos a sociedade.	Atualmente são disponibilizadas mais políticas sociais.

Quadro 5 – Quadro-síntese com as principais opiniões obtidas durante as entrevistas (continua)
Fonte: Autoria própria.

Lei de cotas nas empresas para pessoas com deficiência	Ótima no papel, um pouco ineficiente na prática. Muitas organizações ainda não se conscientizaram da sua importância.	Ainda não é totalmente cumprida. E muitas só a praticam devido ao medo de serem autuadas.	A lei de cotas é muito boa, o que apenas precisa ser mudado é a fiscalização do poder público, para que assim a mesma seja cumprida.	Tudo depende do "olhar" do gestor, que pode se reduzir a aspectos econômicos ou pode contar com aspectos de responsabilidade social, sendo que neste último caso consegue-se inclusões mais efetivas.	Boa, porque ela auxilia a inclusão do deficiente. Entretanto, a maioria das empresas contrata apenas para não serem punidas.
O município oferece vagas suficientes no mercado de trabalho para pessoas com deficiência	Em quantidade sim, mas a principal dificuldade está em encontrar indivíduos que queiram trabalhar e deixar de receber o LOAS, e empresas que queiram contratar pessoas com deficiências mais severas.	O número de vagas disponibilizadas na cidade segundo o MTE é suficiente. O problema é que falta mão-de-obra qualificada, e não são todos os tipos de deficiências que costumam ser contratadas.	Ainda não são todas as empresas que cumprem a lei de cotas e muitos empregadores argumentam dizendo que essas pessoas não estão qualificadas. Deve-se também incentivar a melhora da acessibilidade.	Acredito que não. Numericamente pode até ser que sim, entretanto, as empresas buscam as pessoas com deficiências "leves", como relatam, reduzindo as vagas a concorrência de uma parcela mínima.	Não, a maioria das empresas oferece poucas vagas. Muitas apresentam processos seletivos que são pouco transparentes.
Sugestões para a ampliação de vagas para pessoa com deficiência no mercado de trabalho	Talvez não seja necessário ampliar, e sim, tornar as políticas que já existem mais eficientes e justas.	É importante que as empresas utilizem da responsabilidade social que tanto divulgam para buscar realmente conhecer as pessoas com deficiência.	O cumprimento da lei de cotas, bem como maior qualificação profissional.	Maior conhecimento, estudo e oportunidades para a efetividade da inclusão. Maior sensibilização da gestão das empresas e trabalhadores.	A lei precisa ser cumprida, e as empresas precisam se adequar para receber a população com deficiência.

Quadro 5 – Quadro-síntese com as principais opiniões obtidas durante as entrevistas (conclusão)
Fonte: Autoria própria.

A partir da análise desse quadro, constata-se que os principais atores relacionados ao tema acreditam que as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência ainda são relativamente novas no município, e também que as mesmas são disponibilizadas em quantidade insuficientes.

Diante desta realidade, muitos são os desafios encontrados para a efetiva realização desse processo inclusivo. O primeiro desafio se refere ao trabalho realizado pelas associações e entidades locais, que não disponibilizam projetos ou programas voltados diretamente para essa questão. Como relatado anteriormente, as associações e entidades de Itapetininga realizam pequenas oficinas que expõem temas básicos relativos ao mercado de trabalho, questões comportamentais e emocionais, alguns aspectos relativos a formação profissional; enfim, ações que

realmente não preparam de forma efetiva os deficientes para a inclusão profissional. Em uma cidade de aproximadamente 150.000 habitantes, onde segundo o último Censo do IBGE 19,57% da população total do município apresenta algum tipo de deficiência, existir apenas um programa voltado para a qualificação pessoal e a inclusão profissional dos deficientes, é uma quantia insatisfatória, visto que muitos indivíduos acabam não tendo a oportunidade de ser beneficiados por tal política.

O segundo desafio se relaciona com a precária acessibilidade que o município tem oferecido a esses cidadãos. As edificações de uso público e coletivo, as praças, os parques, as vias, os veículos de transporte coletivo, e os demais espaços e equipamentos, não são realmente adaptados para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Faltam condições ideais, sustentáveis e inclusivas, que permitam aos deficientes o direito de se locomoverem de maneira digna, e com condições de acessibilidade condizentes com o que é garantido constitucionalmente.

Outro desafio detectado no decorrer da pesquisa está relacionado com a coleta de dados sobre o número de indivíduos que possuem deficiência no município. De acordo, com o último Censo do IBGE (2010), a população deficiente representaria aproximadamente 23,9% da população total do país. Entretanto, durante a realização dessa pesquisa foi possível perceber que a maioria dos pesquisadores e estudiosos acredita que o contingente apresentado pelo IBGE no último censo demográfico é relativamente maior do que o país realmente apresenta. Isso se deve ao fato de que após o Censo de 2000, o instituto ampliou a definição utilizada para portadores de deficiência, e assim passou a considerar como deficiente não somente as pessoas que são incapazes, mas também os indivíduos que possuem pequena ou grande dificuldade de enxergar, caminhar ou ouvir; aspectos que até então não eram observados nos estudos anteriores. Sendo assim, a dificuldade em se obter informações e dados precisos sobre a quantidade de deficientes no município, acaba por prejudicar o planejamento, a criação e a execução de políticas públicas. E devido a essa falta de informação estatística, as políticas públicas voltadas para essa população correm o risco de não ser tão eficientes.

Desta forma, os fatores mencionados acima demonstram que as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência encontram alguns obstáculos e

desafios a serem enfrentados. E que não é apenas em relação à qualificação profissional que esses indivíduos encontram dificuldades, e sim nos mais diferentes setores como saúde, educação, transporte.

É importante salientar que como os objetivos iniciais deste trabalho não puderam ser plenamente atendidos, devido ao número insuficiente de políticas públicas, sugere-se que para estudos futuros seja refeita uma análise do tema, visando realizar uma observação mais completa acerca das políticas públicas voltadas para a inserção da pessoa com deficiência.

E por fim, espera-se que os resultados obtidos com este trabalho, sirvam de subsídio para a criação de novas políticas públicas, bem como despertem o interesse dos gestores públicos municipais em relação ao tema, visando desta forma, a garantia de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

AMIRALIAN, Maria L.T.; PINTO, Maria I.G. Ghirardi, LICHTIG, Ida; MASINI, Elcie F.S.; PASQUALIN, Luiz. **Conceituando Deficiência**. Revista de Saúde Pública, 34. USP. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>>. Acesso em: 11 de set. de 2013.

ARANHA, M. S. F. **Deficiência através da história**. Integração Social do Deficiente: Análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia, nº. 2, 1995, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10520: Apresentação de citações em documentos** – Regras Gerais – Rio de Janeiro: ABNT, jul. 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 04 de ago. de 2013.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 04 de ago. de 2013.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 29 de jul. de 2013.

_____. **Constituição (1988)**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 de ago. de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPETININGA. Disponível em: <<http://camaraitapetininga.sp.gov.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

CELESTINE, Érica C. **Trabalho e inclusão social de portadores de deficiência.** Ed Osasco. Osasco, 2003.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 26 de ago. de 2013.

_____. **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 211 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religio_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 30 de ago. de 2013.

CHAGAS, Ana M. de R.; VIOTTI, Renato B. **Retrato da pessoa com deficiência no Brasil segundo o Censo de 1991.** Brasília: agosto, 2003.

FONSECA, Ricardo Tadeu M. **O trabalho protegido do portador de deficiência.** Revista de Direitos Difusos, São Paulo, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

HOUAISS, A. VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 de ago. de 2013.

LANNA JÚNIOR, Mário C. M. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: < [http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento\(1\).pdf](http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento(1).pdf)>. Acesso: em 06 de set. de 2013.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson N. A. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, Vol. 8, 2008. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 08 de set. de 2013.

MARANHÃO, Rosanne de O. **O portador de deficiência e o direito ao trabalho**. Ed. LTr. São Paulo, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: O caso Brasileiro**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MOTA, Letizia de O. **Envelhecimento e Inclusão Social: O Projeto Agente Experiente**. 2007. Rio de Janeiro, 110 f. In: Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=11420@2>. Acesso em: 08 de set. de 2013.

NERI, Marcelo et al. **Retratos da Deficiência no Brasil (PPD)**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

PEREIRA, Potyara A. **Centralização e exclusão social: duplo entrave à política de assistência social**. In: Ser social Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: Ser/UNB. 1998. p. 119–133. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/201/2263>. Acesso em: 10 de set. de 2013.

POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL FATOS E PERCEPÇÕES. Coleção FEBRABAN de Inclusão Social. São Paulo: agosto, 2006. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Cartilha/Livro_Popula%20ao_Deficiencia_Brasil.pdf>. Acesso: 03 de set. de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA. Disponível em: <<http://www.itapetininga.sp.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis – SC: Departamento de Ciências da Administração / UFSC [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 8ª Ed., 1997.

SAVEGNAGO, Maria. **Qualidade de vida no trabalho das pessoas portadoras de deficiência no Grupo Hospitalar Conceição**. 2006. Porto Alegre, 80 f. In: Trabalhos de conclusão do curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Estratégica em Saúde, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12332/000567380.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 de set. de 2013.

SEADE - **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – Disponível em: <<http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/>>. Acesso em: 02 de set. de 2013.

_____. **Prêmio Governo do Estado de São Paulo - Ações Inclusivas para pessoas com Deficiência - 2010**. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_I_PREMIO_O_ACOES_2010.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2013.

_____. **Prêmio Governo do Estado de São Paulo - Ações Inclusivas para pessoas com Deficiência - 2011**. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/Livro_Premio_Acoes_Inclusivas_2011versaofinal.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2013.

_____. **Prêmio Governo do Estado de São Paulo - Ações Inclusivas para pessoas com Deficiência - 2012**. São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVROPREMIOACOES2012.pdf>>. Acesso em: 15 de out. de 2013.

SPOSATI, Aldaíza de O. **Pobreza e desigualdade no século do desperdício**. In: Conferência Internacional de Bem - Estar Social, 2006, Brasília – Brasil. Disponível em: <http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/aldaiza_sposati.pdf>. Acesso em: 08 de set. de 2013.

VIEGAS, Weverson. **Cidadania e participação popular**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, nº 86. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4199>>. Acesso em: 08 de set. de 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA VOLTADAS PARA A INSERÇÃO DE DEFICIENTE FÍSICO NO MERCADO DE TRABALHO.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
POLO: ITAPETININGA-SP

Esta pesquisa faz parte de um trabalho acadêmico do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). O questionário abaixo se refere à monografia que tem como tema:

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INSERÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO NO MERCADO DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA-SP.

Os dados coletados serão apresentados na monografia para conclusão de curso da aluna Valéria Aparecida Soares Teles.

NOME: Luís Carlos Moretti

INSTITUIÇÃO: Escola SENAI

PROGRAMA / PROJETO: Curso de Aprendizagem Industrial - Assistente Administrativo para PcD (Pessoas com Deficiência).

Quando foi fundado esse programa / projeto?

O programa teve início em janeiro de 2012 por solicitação das empresas: Usina Vista Alegre e Avícola Céu Azul para atender a legislação (cota de inclusão).

Quais são os principais objetivos do programa / projeto?

O curso tem por objetivo proporcionar aos aprendizes formação inicial visando à qualificação para atuarem no apoio aos setores administrativos, contábeis, financeiros e de recursos humanos de empresas.

Qual é o tipo de auxílio que o município de Itapetininga oferece para a realização desse programa / projeto?

A Prefeitura Municipal oferece, através do CEPROM, o espaço físico, contratação de docentes e reprodução de material didático.

Qual é o tempo de duração do curso? E quais as disciplinas que são ministradas?

O curso tem duração de 800 horas, sendo 4 horas/dia. A duração do curso é de aproximadamente um ano. As disciplinas ministradas são: Comunicação – 80h, Informática Básica – 80h, Organização de Escritório – 80h, Fundamentos de Contabilidade e Custos – 80h, Princípios de Administração de Recursos Humanos – 80h, Introdução ao Sistema Financeiro – 60h, Fundamentos Básicos de Logística – 60h e Práticas Administrativas – 280h.

Qual é o número de alunos atendidos? Eles pertencem a qual faixa etária? E quais os tipos de deficiências apresentadas por eles (física, auditiva, visual ou intelectual)?

16 alunos por turma/por período. As idades dos alunos variam entre 14 anos à 40 anos. E os alunos apresentam diversos tipos de deficiência, atualmente na turma existem 03 cadeirantes, 01 deficiente visual, 02 alunos com deficiência intelectual, e o restante apresenta deficiência motora de algum membro ou a falta do mesmo.

Algum desses alunos já está atuando no mercado de trabalho? Há quanto tempo? E em qual empresa?

Todos são contratados na condição de aprendizes pela empresa Vista Alegre. Alguns alunos estão atuando no mercado de trabalho, mas tiveram que trancar o curso por causa do horário de trabalho. Três alunos estão trabalhando no Hospital Regional de Itapetininga.

**Qual é a sua opinião quanto à inclusão do deficiente no mercado de trabalho?
E quais são as maiores dificuldades encontradas no processo inclusivo?**

A inclusão, embora tenha se desenvolvido nos últimos anos, ainda é pouco divulgada e aceita. As maiores dificuldades são o desconhecimento dos próprios PcD quanto aos seus direitos e muito preconceito de pessoas da sociedade. Outro fator que dificulta é a própria família que não quer expor o PcD.

Em sua opinião, quais foram os avanços na inclusão da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho nos últimos tempos?

A obrigação de contratação por cotas imposta pela legislação fez com que as empresas se preocupassem com isso. Por conta disso, muita coisa teve que ser adaptada em benefício dos PcD.

Que sugestões o senhor aponta para a ampliação de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho?

Conscientização das pessoas quanto aos benefícios de se contratar um PcD. Eles são muito bons quando bem acolhidos e treinados.

Qual é a sua opinião sobre a lei de cotas nas empresas para pessoas com deficiência? O senhor acha que ela cumpre o objetivo esperado de promover a inclusão social das pessoas com deficiência?

Se não acontece naturalmente por bem, infelizmente, tem que ser por força de lei. Importante é que está cumprindo seu papel incluindo os PcD.

Para finalizar, o senhor teria mais alguma colocação a respeito do tema?

O SENAI é pioneiro na assessoria às empresas informando e apoiando a inclusão de PcD e faz isso de maneira muito técnica e responsável, inclusive sendo reconhecido pelo Ministério Público como uma referência na inclusão de PcD.

Muito obrigado por sua contribuição!

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1 – Profissionais da área da saúde (representando as entidades e associações), representante do CONDEFI e representante do legislativo municipal.

1 – Qual o seu nome? A sua formação acadêmica? E há quanto tempo você atua nessa profissão?

2 - Quais os motivos que te levaram a participar dessa associação/entidade? Há quanto tempo você desenvolve esse trabalho? **(Profissionais da saúde e representante do CONDEFI)**

2 - Atualmente você trabalha com deficientes físicos? Em qual instituição (pública ou privada)? Quais os tipos de deficiência (física, auditiva, visual ou intelectual) que são apresentadas por seus pacientes? **(Profissionais da saúde)**

3 - Quais as vantagens dos serviços médico ambulatoriais de reabilitação na preparação do deficiente físico para o mercado de trabalho e a para integração social? **(Profissionais da saúde)**

4 - Atualmente, em sua opinião existem políticas públicas, projetos, programas voltados para a inserção do deficiente no mercado de trabalho em Itapetininga? Quais?

5 - Como você avalia as políticas públicas e o serviço de reabilitação que o município oferece? Em sua opinião, eles são eficientes e cumprem o objetivo esperado? Comente.

6 - Qual sua visão quanto à inclusão do deficiente no mercado de trabalho? Quais são as maiores dificuldades encontradas no processo inclusivo?

7 - Qual (s) área (s) da deficiência você acredita ter mais dificuldade para ser inserida no mercado de trabalho? Por quê?

8 - Quais foram os avanços na inclusão da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho nos últimos tempos?

9 – O que você acha da lei de cotas nas empresas para pessoas com deficiência? Você acha que ela cumpre o objetivo esperado de promover a inclusão social das pessoas com deficiência?

10 - Que sugestões você aponta para a ampliação de vagas para pessoa com deficiência no mercado de trabalho?

11 - Em sua opinião, o município oferece vagas suficientes no mercado de trabalho para pessoas com deficiência?

12 - Para finalizar, você teria mais alguma colocação a respeito do tema?

ENTREVISTA 2 – Representantes portadores de deficiência física

1 – Qual o seu nome? A sua idade e escolaridade?

2 - Qual o tipo de deficiência que você possui? Você nasceu com essa deficiência ou a adquiriu ao longo da vida?

3 - Atualmente, você trabalha? Em qual empresa e há quanto tempo?

4 - Você já fez ou faz parte de alguma associação, entidade, ou grupo de portadores de deficiência? Qual?

5 - Você participa atualmente de algum serviço médico ambulatorial de reabilitação (fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia)? Qual? Em instituição pública ou privada?

6 – Você já participou de algum projeto ou programa voltado para a inserção no mercado de trabalho em Itapetininga? Qual (s)?

7 - Como você avalia as políticas públicas e o serviço de reabilitação que o município oferece? Em sua opinião, eles são eficientes e cumprem o objetivo esperado? Comente.

8 - Qual sua visão quanto à inclusão do deficiente no mercado de trabalho? Quais são as maiores dificuldades encontradas no processo inclusivo?

9 - O que você acha da lei de cotas nas empresas para pessoas com deficiência? Você acha que ela cumpre o objetivo esperado de promover a inclusão social das pessoas com deficiência?

10 - Em sua opinião, o município oferece vagas suficientes no mercado de trabalho para pessoas com deficiência?

11 - Para finalizar, você teria mais alguma colocação a respeito do tema?

ANEXO

ANEXO A – Requerimento nº 07/2013 – Solicitação de informações sobre o cumprimento da Lei 8.213/91 pelas empresas em Itapetininga



Câmara Municipal de Itapetininga Estado de São Paulo

<p>APROVADO Em única discussão e votação na sessão ordinária do dia: 07.02.2013</p> <p><i>Maria Lúcia I. da Fonseca Haidar</i></p> <p>Maria Lúcia I. da Fonseca Haidar 1ª Secretária</p>
--

<p>Requerimento nº 07/2013</p> <p>Apresentação: Sessão Ordinária de: 07.02.2013</p>

Autoria do Vereador:	ANTÔNIO ETSON BRUN
----------------------	--------------------

Senhor Presidente,

Considerando que a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 estabelece em seu artigo 93 a obrigatoriedade de serem preenchidos os percentuais destinados a pessoas com deficiências, de acordo com o número de trabalhadores de cada empresa;

Considerando a importância dessa norma, comportando garantia mínima de emprego às pessoas com deficiência;

Requeremos à Mesa, com fundamento nos preceitos regimentais e ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Daudt Brizola; à Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, Catarina Von Zuben; ao Gerente da Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Sorocaba, Vitório José Cattai e ao Chefe do Posto de Trabalho de Itapetininga, Senhor Marcos Antônio Sampaio e Silva, solicitando as seguintes informações:

1. Há quantas empresas em Itapetininga com 100 a 200 empregados; 201 a 300 empregados; 301 a 400 empregados e acima de 501 empregados?
2. Destas empresas, quais têm em seu quadro de funcionários, pessoas com deficiência?
3. Quais empresas estão preparadas com acessibilidade para receber cadeirantes? As mesmas seguem as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)?
4. Quantas são preparadas com braile e quantos deficientes visuais atuam nestas empresas?
5. Quais empresas estão preparadas em libras para deficientes auditivos?
6. Como estas empresas disponibilizam o transporte para pessoas com deficiência chegarem ao trabalho? Trata-se de transporte público ou próprio?

Plenário Humberto Pellegrini, 07 de fevereiro de 2013.

Antônio Etson Brun
Vereador

<p>INFORMAÇÃO: Pelo <input type="checkbox"/> escritório <input type="checkbox"/> cumprimento ao <input type="checkbox"/> despacho.</p>	<p><i>OL. nº 105, 106, 107 e 108/2013</i></p>	<p>Secretaria: <u>8 FEV 2013</u> <i>Maria Lúcia I. da Fonseca Haidar</i> Maria Lúcia I. da Fonseca Haidar 1ª Secretária</p>
---	---	---

ANEXO B – Principais legislações no Brasil referente ao tema

LEGISLAÇÃO NO BRASIL	
ANO	DESCRIÇÃO
1988	Constituição Brasileira: Dispõe contra a discriminação. É a primeira Carta Constitucional que enfatiza, sobremaneira, a tutela da pessoa portadora de deficiência no trabalho. O art. 71, inciso XXXI, preceitua: "proibição de qualquer discriminação no tocante a salário ou critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência". "Este dispositivo é de vital importância, como se vê, pois a nação brasileira assume o compromisso de admitir o portador de deficiência como trabalhador, desde que sua limitação física não seja incompatível com as atividades profissionais disponíveis".
1988	Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho - OIT: Dispõe sobre a discriminação e define o conceito de pessoa portadora de deficiência: A Convenção da OIT n°. 159, de 1983, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo n°. 51, de 28 de agosto de 1989 conceitua o portador de deficiência no art. 11, da seguinte forma: "Para efeitos da presente Convenção, entende-se por 'pessoa deficiente' todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente reconhecida".
1989	Lei 7.853, de 24 de outubro: Dispõe sobre a discriminação. Trata do apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social; sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE; institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.
1990	Lei 8.112, de 11 de dezembro: Direito de inscrição do deficiente físico em concursos públicos no Brasil. Impõe que a União reserve, em seus concursos, até 20% das vagas a portadores de deficiências, havendo iniciativas semelhantes nos Estatutos Estaduais e Municipais, para o regime dos servidores públicos.
1991	Lei 8.213, 24 de julho: Proporcionalidade/obrigatoriedade para a contratação de deficiente físico. Trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, no capítulo que disciplina a habilitação e reabilitação do trabalho, traz um sistema de cotas (de contratações) para os trabalhadores reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências, habilitadas (art. 93), prevê que a dispensa do trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado somente poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante (§ 1º) e a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego em criar um banco de dados sobre os postos de trabalho.
1991	Art. 93, caput, da Lei n°. 8.213: Determina à empresa, com 100 ou mais empregados, a obrigação quanto ao preenchimento de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências, habilitadas, com a observância da seguinte proporção: a) de 100 a 200 empregados, 2%; b) de 201 a 500, 3%; c) 501 a 1.000, 4%; d) de 1001 ou mais, 5%.
1992	Estabelecida a data de 03 de Dezembro como o Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência da ONU
1993	Lei n°. 8.742, de 7 de dezembro: Dispõe que os deficientes e idosos incapazes de se manter, pelo próprio trabalho ou por auxílio da família, terão direito a uma renda mensal vitalícia equivalente a um salário mínimo, mediante regulamentação de norma específica.
1997	Decreto n°. 2.172, de 5 de março: Infração e Penalidade.
1998	Portaria n°. 630, de 20 de outubro: Proporcionalidade.

1998	Ordem de Serviço conjunta n.º. 90, de 27 de outubro: Fiscalização, avaliação, controle de vagas.
1999	Decreto n.º. 3.298, que regulamenta a Lei n.º. 7.853 de 1989: Dispõe sobre o dever jurídico imposto à empresa que envolve: a) A obrigação da empresa em preencher certos percentuais de seus cargos com beneficiários reabilitados pelo INSS ou habilitados nas proporções indicadas (sistema de cotas); b) A existência de pessoas portadoras de deficiência; c) As pessoas devem ser reabilitadas ou habilitadas; d) A contratação exige a aptidão para o desempenho das atribuições da função, que deve ser constatada pelo empregador.
1999	Lei n.º. 9.867: Na esfera privada, o decreto delinea a inserção competitiva, a inserção seletiva, as oficinas protegidas e o trabalho independente, autônomo. Aponta a inserção competitiva como sendo aquela em que a PPD ingressa no mercado de trabalho em condições de quase absoluta igualdade com qualquer outro trabalhador, no que concerne à execução do seu trabalho, necessitando, tão somente, de apoios instrumentais que supram suas restrições físicas ou sensoriais. A inserção seletiva dar-se-á quando forem necessários, além dos instrumentos de apoio, procedimentos especiais, como horário diferenciado, adaptação do meio ambiente, atuação de orientadores ou acompanhantes, etc. Nos dois casos, na inserção competitiva ou na inserção seletiva, serão garantidos todos os direitos trabalhistas e previdenciários.
2001	Instrução Normativa n.º. 20, de 26 de janeiro: Procedimentos a serem adotados pela fiscalização do trabalho.
2002	Portaria n.º. 154, de 28 de fevereiro: O ministério de Estado da Notícia resolve: Art. 1º Ficam aprovados a composição e o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, da forma do Anexo a esta Portaria. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, com sede no Distrito Federal, terá a seguinte composição: I - Um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Transportes e Casa Civil da Presidência da República; II - Um representante e respectivo suplente do Ministério Público Federal; III - Um representante e respectivo suplente do Ministério Público do Trabalho; IV - Treze representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizada, a seguir indicada: - Nove representantes de organizações nacionais de portadores de deficiência; - Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; - Um representante de organização nacional de empregadores; e - Um representante da comunidade científica, cuja atuação seja correlata aos objetivos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
2004	Portaria n.º. 36 de 15 de março: Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, e dá outras providências.
2004	Portaria n.º. 62 de 28 de maio: Dispõe sobre a nova composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE.

Quadro 6 - Principais legislações no Brasil referente ao tema.

Fonte: MARANHÃO, 2005.